

**Ecoturismo e Assentamento:
uma agenda sustentável para trabalhadores rurais em Padre
Bernardo– GO.**

Juarez Martins Rodrigues

Orientadora: Suzana Machado Pádua

Monografia apresentada ao Centro de Excelência
em Turismo da Universidade de Brasília como
requisito parcial para obtenção do certificado de
Especialista em Ecoturismo.

Brasília, DF, 27 de setembro de 2004.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Curso de Especialização em Ecoturismo

**Ecoturismo e Assentamento:
uma agenda sustentável para trabalhadores rurais em Padre
Bernardo– GO.**

Juarez Martins Rodrigues

Banca Examinadora

Suzana M. Pádua, Mestre
Orientadora

Laís Mourão
Componente da Banca

Brasília, DF, de agosto de 2004.

Rodrigues, Juarez Martins

Ecoturismo e Assentamento: Uma agenda sustentável para
trabalhadores rurais em Padre Bernardo-GO./ Juarez Martins

Rodrigues

xii, 102 pág.: il.

Monografia (especialização) - Universidade de Brasília.

Centro de Excelência em Turismo. Brasília, 2003.

Área de concentração: Ecoturismo

Orientadora: Suzana M. Pádua

1. Assentamento 2. Organização 3. Sustentabilidade

Juarez Martins Rodrigues

**Ecoturismo e Assentamento:
uma agenda sustentável para trabalhadores rurais em Padre
Bernardo– GO.**

Comissão Avaliadora

Suzana M. Pádua

Brasília, DF, de setembro de 2004.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho às minhas filhas Juliana e Tainá pelo carinho, apoio e solidariedade frente aos desafios da vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Centro de Excelência de Ecoturismo- CET/UNB, pela oportunidade da formação acadêmica no Curso de Especialização em Ecoturismo, reiterando a valiosa convivência com os docentes, funcionários dessa instituição e colegas do Curso. Em especial à professora Suzana de Pádua, orientadora desse trabalho.

Essa monografia é também fruto do diálogo estabelecido com as famílias assentadas no Projeto de Assentamento Colônia I e Colônia II, que foi possível graças à atenção e dedicação do Presidente da Associação do Projeto de Assentamento –APPC- Colônia I, da Presidente Associação dos Trabalhadores Rurais do PA Colônia II, dos alunos que fazem parte do GT de Apoio a Reforma Agrária- GTRA/DEX/UNB e da professora da Faculdade de Educação da UNB. Aos quais agradeço o carinho e atenção:

João Batista Alves Ribeiro	presidente da Associação do PA Colônia I
Wátila José dos Santos	filho de dona Marly, esposa do senhor José Vitorino
Odália Cardoso dos Santos	presidente da associação do PA Colônia II
Fernanda Litvin Villas Boas	aluna do curso de geografia
Lucas Ramalho Maciel	aluno do curso de agronomia
Cláudia Dansa	prof. mestre da faculdade de educação unb

Aos entrevistados do Colônia I e II, e aos amigos pelo amor e companheirismo.

A toda a equipe do Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília, pelo trabalho e o compromisso com a sustentabilidade dos assentamentos da região.

Aos colegas do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia – PROECOTUR - Ministério do Meio Ambiente.

EPÍGRAFE

Devemos ser bons... Não existem esforços inúteis quando empregados em prol da coletividade.

Getúlio Vargas

Resumo

Participação comunitária e o desenvolvimento do ecoturismo em área de assentamento rural configuram o marco referencial desse trabalho.

A reflexão acontece mediante a pesquisa dos processos vivenciados por um grupo de famílias assentadas pelo Programa de Reforma Agrária, a partir da compreensão do seu histórico, da implementação de programas federais “voltados” para os assentamentos rurais, e à inserção dos mesmos frente às políticas públicas, no “desenvolvimento” regional e local.

Outro aspecto analisado nesse trabalho é quanto à organização dos trabalhadores rurais que residem no Projeto de Assentamento Colônia I, ao fortalecimento institucional da Associação dos assentados e da base organizativa, que se configuram pelas parcerias e o estabelecimento do diálogo com outras instituições que atuam na formulação, capacitação e assessoria dos projetos produtivos sustentáveis, mediante as premissas da educação ambiental e do desenvolvimento sócio-ambiental.

Com base nas potencialidades naturais, humanas e indicadores levantados pela pesquisa, contribui para a reflexão dos assentados e parceiros locais, para o desenvolvimento do ecoturismo, concebido como estratégia do desenvolvimento local sustentável, por meio de parcerias efetivas com os atores locais, e que possam encarar os desafios prementes à atividade, a partir do reconhecimento do capital social existente nos assentamentos rurais - Colônia I e II, e aprofundamento dos instrumentos e procedimentos inerentes à gestão e ao “uso comum” dos recursos naturais.

Palavras Chave: Assentamento - Organização - Sustentabilidade

Abstract

Community participation and the development of ecotourism in rural settlements is the main focus point of this work.

The reflection takes place in the processes of the lives of a group of families settled by the National Agrarian Reform Program (PNRA), analysing their comprehension of their history on the Federal Program for rural settlements and the insertion of this group of families on public policies turned to local and regional development.

Another aspect analysed in this work is about the strengthening of their organization as a group, their advancement and their institutional progress shaped by the partnership and the establishment of dialogue with other institutions that work on the formulation, education processes and assistance of projects for sustainable production that respect the principles of environmental education and the social and environmental development.

Based on natural and human resources and on the indexes issued on this work, this research intended to contribute to a reflection process of the rural settlers and their partners helping with the ecotourism development. The ecotourism is taken as a tool for local environmental development by the means of effective partnerships with local support groups so they can overtake the challenges through the recognition of the social capital within their settlements - Colônia I e II and reinforce the keys and procedures on management of common use of natural resources.

Key words: Settlements, organization and sustainability.

Sumário

Resumo.....	vii
Abstract.....	Viii
Lista de Ilustrações.....	x
lista de abreviaturas.....	xi
1. Introdução.....	1
2. O Turismo -conceito, histórico, evolução e perspectivas	6
2.1 Desenvolvimento Sustentável e Ecoturismo-histórico, conceito e evolução.....	11
2.2 Assentamento Rural e Ecoturismo-uma interação possível.....	22
3. Caracterização sócio-econômica e políticas públicas para o DF e Entorno.....	28
3.1 Aspectos relevantes para a escolha da localidade pesquisada.....	34
4. O Projeto de Assentamento Colônia I.....	39
4.1 Localização, características, história, e experiências produtivas.....	40
4.2 Caracterização sócio-ambiental.....	46
4.3 Fortalecimento Institucional, parcerias e avanços.....	49
5. Metodologia.....	60
6. Apresentação e discussão dos resultados da pesquisa.....	66
Considerações finais.....	81
Referências bibliográficas.....	88
Anexo.....	92

Lista de Ilustrações

Foto flor do cerrado.....	5
Foto assentado do Projeto de Assentamento- PA Colônia I	26
Mapa caracterização da região do DF e Entorno.....	28
Mapa APA do Rio do Descoberto.....	34
Cachoeira PA Colônia II.....	35
Artesanato grupo de mulheres.....	37
Foto composto orgânico.....	39
Mapa localização do assentamento Colônia I.....	40
Foto paisagem do cerrado.....	46
Foto reserva legal.....	53
Foto colheita de produtos orgânicos.....	57
Foto da horta comunitária -PA Colônia I.....	58
Foto do produto biofertilizante.....	62
Gráfico das principais atividades desenvolvidas- PA Colônia I	68
Gráfico dos principais empregos a serem gerados c/ o ecoturismo.....	73
Foto cachoeira PA Colônia 2.....	76
Gráfico dos atrativos ecoturísticos.....	78
Gráfico das necessidades de apoio.....	79

Lista de abreviaturas

APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
APPC	Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Colônia I
CMBBC	Conservação e Manejo da Biodiversidade do Bioma Cerrado
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD..	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DLIS.....	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
DEX.....	Departamento de Extensão Rural
EDUCAMP.....	Curso de Extensão e Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos de Reforma Agrária
EMATER.....	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA.....	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR.....	Instituto Brasileiro de Turismo
FCO.....	Fundo Constitucional do Centro Oeste
GTRA.....	Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária
IBAMA.....	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA.....	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA.....	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MASTER.....	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MIN.....	Ministério da Integração
MMA.....	Ministério do Meio Ambiente
MST.....	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Mtur.....	Ministério do Turismo
PA.....	Projeto de Assentamento
PAE.....	Projeto de Assentamento Extrativista
PANRIDE.....	Plano Especial de Desenvolvimento do DF e Entorno
PNE.....	Política Nacional de Ecoturismo
PNMT.....	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT.....	Política Nacional do Turismo
PROCERA.....	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAGER.....	Programa Nacional de Geração de Renda
PRONERA.....	Programa Nacional de Educação Rural em Assentamento
RESEX.....	Reserva Extrativista
RDS.....	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SCO.....	Secretaria do Centro Oeste
SNUC.....	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
WWF.....	Fundo Mundial para a Natureza
UNB.....	Universidade de Brasília

Introdução

Espera-se com esse trabalho a partir da reflexão dos conceitos historicamente construídos referentes ao desenvolvimento sustentável e ao ecoturismo, assim como a análise e a reflexão dos princípios que os norteam e que promovem a implementação de ações solidárias e de fortalecimento das organizações locais. Portanto, o foco do estudo é voltado para o levantamento e análise de processos participativos, analisando como os mesmos contribuem para instrumentalizar a implementação de políticas e o incremento de projetos sustentáveis, junto aos trabalhadores rurais do Projeto de Assentamento- PA Colônia I, no Município de Padre Bernardo Goiás, assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA, no ano de 1996.

O trabalho contempla também a análise e as informações referentes ao contexto histórico da política fundiária adotada no país, seus reflexos na formação da hegemonia do pensamento e dos valores predominantes na sociedade, que ainda hoje configuram em uma rejeição aos movimentos legítimos dos trabalhadores rurais pela ocupação e propriedade da terra, visto a necessidade premente de se fazer uma ampla e responsável Reforma Agrária.

Como disse Francisco Julião, a liderança de maior expressão do movimento pela Reforma Agrária, denominado de Ligas Camponesas, realizado no Nordeste entre o final dos anos 50 e início dos anos 60: “A luta pela Reforma Agrária é a maior questão de todos séculos e de todos os povos”.

Desta forma, espera-se que a junção dos aspectos e princípios discutidos por meio desse estudo, considerando os processos vivenciados pelos assentados do Projeto Colônia I, no processo de legitimação de sua representatividade política-cultural-econômica em torno da posse e fixação na terra, forneça subsídios para outros segmentos da sociedade e contribuam com a adoção de políticas públicas que propicie o desenvolvimento sócio-ambiental, do município e da região do Distrito Federal e Entorno.

O trabalho está estruturado em seis capítulos. Sendo o primeiro subdividido em três sessões que compõem a revisão bibliográfica do trabalho. Inicialmente a abordagem é inserida numa rápida retrospectiva quanto às viagens continentais realizadas desde o século XIII, mediante características e interesses diferenciados, passando pela aventura ou busca do mundo desconhecido, as viagens de pesquisa e da ciência, as de cunho mercantilista e outras que procuram a aproximação romântica e de admiração pela natureza. Nessa seção ainda são abordadas as contradições suscitadas no campo da admiração pura e simples do ambiente, explicitando momentos conflituosos desse contexto natural, onde coexistem nos espaços tipos como paisagens harmoniosas, as relações de poder evidenciadas pela dominação de espaços produtivos que regem a economia local, como evidenciado na Amazônia no início do século XX.

Em seguida, a intenção é apresentar a origem dos pensamentos e diferenciações conceituais do desenvolvimento sustentável, os conflitos de modelos vivenciados internamente nos países desenvolvidos e de processos que culminaram na ampliação dessa discussão para o espectro global, que de certa forma buscam a legitimação ou sua oficialização por meio de instrumentos de políticas nacionais e internacionais, estabelecidas nas convenções e acordos globais tirados na conferências mundiais, a partir da Conferência de Estocolmo. Ainda nessa seção a abordagem passa pela dimensão ambiental nas atividades turísticas, mediante a adoção de pressupostos básicos que irão refletir em mudanças de comportamento e percepção no uso dos recursos naturais. Nesse contexto são também discutidas algumas variáveis imprescindíveis na implementação do ecoturismo, como o caráter participativo comunitário, sob a ótica da geração de benefícios aos atores do processo.

Na etapa final desse primeiro capítulo a intenção foi realizar um breve resgate dos processos históricos que refletem a estrutura fundiária do país, e a apresentação de depoimentos e análises dos conflitos gerados no campo. Nesse aspecto são apresentados elementos históricos da vida política do país que retratam os conflitos de interesse e a predominância da hegemonia burguesa que durante décadas acumulou poder e riqueza, que se configura pela concentração da terra, mediante a ausência de reformas estruturantes na sociedade brasileira.

O segundo capítulo está dividido em duas sessões, sendo a primeira voltada para a caracterização sócio-econômica regional, a partir do levantamento e análise das principais políticas públicas regionais implementadas na última década, no âmbito do desenvolvimento integrado e local do Distrito Federal e Entorno. Com destaque, as que são referentes a “Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno ”-RIDE e o “Desenvolvimento Local Sustentável”- DLIS. A 2^a sessão aborda os pressupostos considerados relevantes para a definição da área de pesquisa, os processos em andamento, o amadurecimento interno da comunidade na realização de atividades produtivas coletivas, e aspectos referentes à localização estratégica das comunidades estudadas frente às políticas de desenvolvimento regional.

Os temas abordados no capítulo três são focados diretamente para o local de estudo, iniciando pelos processos vividos pelas famílias que residem no projeto de Assentamento Colônia I, passando pelos processos produtivos desenvolvidos, a caracterização sócio-ambiental do local, a percepção de seus moradores referente a sua organização social e, por último são acrescidas as contribuições e reflexões relacionadas às práticas participativas adotadas pelos assentados, quanto a organização social, que se configura pela reformulação dos instrumentos que norteiam as ações coletivas, por exemplo, as alterações do estatuto da Associação dos assentados que amplia o espectro de atuação e assegura o caráter de inclusão de novos associados, bem como abre canais que em seguida possibilitaram o seu fortalecimento institucional por meio de parcerias implementadas a partir de ações sócio-educativas-produtivas voltadas para a sustentabilidade.

Nesse processo os assentados dão maior visibilidade às atividades produtivas desenvolvidas. A produção de alimentos orgânicos possibilita maior visibilidade dos assentados, assim como permite abrir novos canais de diálogo interno e junto à sociedade.

O capítulo quarto descreve os procedimentos adotados na metodologia para a realização do trabalho, sendo apresentado o roteiro utilizado na pesquisa, sendo

referenciado os documentos utilizados como marco de formulação de projetos sustentáveis, foi possível a identificação de outros atores e instituições diretamente envolvidas no incremento das atividades produtivas e sócio-educativas dos assentados. Nesse capítulo é apresentada sob a dinâmica adotada para a investigação dos assentados sob sua percepção quanto a implementação das atividades ecoturísticas, por meio de blocos de perguntas, sendo o primeiro referente à identificação pessoal dos entrevistados, o outro as indagações se referem a sua compreensão referente a turismo e ecoturismo, e por último considerando que a comunidade não trabalha como ecoturismo, a investigação é voltada para levantar suas concepções quanto aos aspectos relacionados às potencialidades, cuidados, produtos ofertados, educação, parcerias, as expectativas da comunidade em relação a geração de benefícios sócio-ambientais, bem como conhecer a percepção dos assentados entrevistados quanto a concepção de estratégias factíveis na concepção, planejamento e desenvolvimento de um projeto turístico sustentável.

No capítulo seguinte são apresentados os resultados da pesquisa, sobretudo sob enfoque quantitativo dos temas abordados no roteiro de entrevistas, assim como nesse momento do trabalho foi possível identificar a inserção social das pessoas entrevistadas, de acordo com as respectivas atividades desenvolvidas. Por exemplo, constatou-se que 44% dos mesmos pertencem ao Grupo Vida e Preservação do Colônia I, bem como a existência de outros processos organizativos, como do grupo de mulheres (em torno de 11) que desenvolvem a produção de artesanatos e se organizam para a produção de alimentos.

No capítulo seis é feita a análise das percepções dos assentados, e constata as respostas relativas ao interesse e à disposição das comunidades de levar em frente a idéia de diversificação das atividades aliadas ao manejo adequado dos recursos naturais e exploração em parceria com Projeto de Assentamento Colônia II, para viabilizar o ecoturismo baseado na oferta de produtos alimentares, artesanatos, preparação interna e da população do entorno, desenvolver a proteção e infra-estrutura básica junto a alguns atrativos levantados, a geração de serviços e benefícios internos. Assim como na concepção dos entrevistados a atividade poderá contribuir para o fortalecimento

de sua representatividade política junto às instituições governamentais e junto à sociedade.

Nesse capítulo é também reforçado o enfoque a partir da visão da sociedade civil referente aos princípios inerentes ao desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária, contidos e mencionados nesse trabalho, segundo publicação do Fundo Mundial para a Natureza (WWF, 2004). Ainda sob a ótica das ações que assegurem a participação comunitária, nesse capítulo, são apresentados alguns pressupostos estabelecidos no âmbito das Diretrizes formuladas no ano de 1994, no âmbito da Política Nacional de Ecoturismo.



Flores do Cerrado PA – Colônia I

1. O Turismo: conceito, histórico, avanços e perspectivas

O vocábulo turismo, numa concepção mais ampla, tem diferentes significados e pode ser entendido como uma manifestação humana motivada por um ou mais interesse, faz uma viagem para um certo local que não o de seu trabalho ou residência (e permanece ainda que por uma noite, na localidade de destino). Contudo “seu significado de fundo, sem dúvida está ligado à prática organizada de viagem para o lazer” (Figueiredo, 1999:89).

Historicamente, a prática de viajar perpassa pelas sociedades antigas, como registra a literatura, e os relatos das viagens em busca de novos horizontes e da natureza desconhecida, a exemplo das narrativas do famoso viajante veneziano Marco Pólo (1254-1324), para a Ásia Central¹, em As Viagens de Marco Pólo, que estimulariam o interesse europeu pelo Oriente e suas riquezas, segundo Paulo Prado (1997, 54-55).

às navegações comerciais dos venezianos, genoveses e catalães seguiam-se outras mais audaciosas, abrindo novos céus e terras. As lendas ainda romanas, das sonhadas ilhas de ouro e da prata, mudando de lugar como fogo-fátuos atraíam sempre para longe outros povos marítimos. Andando más más, dizia Colombo. Os livros de Marco Pólo e Mandeville despertavam no ânimo dos aventureiros novas ambições de conquista, o amor ao mistério das regiões desconhecidas, a curiosidade do maravilhoso, o reaparecimento do espírito das cruzadas.

No entanto o turismo² concebido na ótica do lazer surge a partir das transformações ocorridas nos séculos XVIII e XIX, mais precisamente com a

¹ Marco Pólo (1254-1324), seguindo a rota da seda entre 1271 e 1275, alcançou a China e a corte de Kublai Khan, a serviço do qual atravessou o Império Mongol, no período de 1275 a 1292.(Figueiredo, 1999, pg.54)

² A palavra turismo provém do latim tornare que quer dizer “dar uma volta, voltar ao ponto inicial”. Foi absorvida pelo termo Grand-tour na língua francesa, que significa as viagens realizadas nos séculos XV, XVI e XVIII, pelos filhos dos aristocratas e novos burgueses, para complementar os estudos. A partir daí a língua inglesa utilizou o termo para designar as viagens de lazer, para conhecer outros lugares”. (*Ibid*, 1999, pg. 89)

revolução industrial, caracterizando assim, como uma atividade surgida dentro da lógica do sistema capitalista.

Ainda que a idéia da prática de viagens realizadas nesse período estejam associadas a um certo movimento racionalista ou de cunho intelectual-científico europeu do século XVIII, Charles de la Condamine (1735-1745), divulgou o mito das Amazonas. Portanto, não foram totalmente descartados os mitos, símbolos, e mesmo o romantismo apregoado nos relatos de viajantes e autores pré-românticos como Rousseau³ e românticos do século XIX.

Historicamente nos relatos dos viajantes estrangeiros, sobretudo em terras brasileiras, como na Amazônia, ainda no século XIX, prevalece a imagem de natureza primitiva, ou mesmo de vazio demográfico, associada à ausência de história, organização social, e as diferentes manifestações culturais, ignorando os grupos de pessoas, índios, caboclos, ribeirinhos que habitavam a região.

No entanto, no início do século XX, ocorre uma certa mudança na concepção de natureza anteriormente descrita pelos viajantes estrangeiros às terras amazônicas, onde a visão de paraíso dos destinos tão divulgada nos períodos anteriores é contestada pela narrativa de Euclides da Cunha, onde a natureza apresenta associada a ocorrência de doenças, e a exploração de seres humanos por seres humanos, nas áreas do extrativismo da borracha, como menciona o autor em “Paraíso Perdido”, relato de sua viagem pela bacia do Rio Purus, nesse período.

Portanto, as referências citadas em narrativas e textos dos viajantes estrangeiros e nacionais, relacionadas ao turismo de natureza em terras brasileiras, sobretudo na região Amazônica, ocorrido nos séculos XIX e XX, explicitam o antagonismo na formulação de conceitos e visões a respeito da natureza, pelos primeiros, mistificada e glorificada numa menção ao paraíso e desmistificada pelos viajantes brasileiros, onde nas narrativas das viagens pela

³ O autor contribui nas suas teses para a divulgação do mito do “bom selvagem”, essa terminologia foi referendada por naturalistas ou cientistas que percorreram os rios Amazônicos,

região, referem-se a mesma como local onde há ocorrência de doenças e conflitos geradores de injustiça social.

Embora essa reflexão tenha sido abordada há mais de um século, e já enriquecida por meio das contribuições como as de K. Marx na concepção integrada de sociedade e natureza, e de M. Weber na segunda metade do século XIX, “a dicotomia entre a sociedade natureza predominou no final do século XIX e ainda é mantida, consciente ou inconscientemente, por muitos estudiosos e não estudiosos até os dias de hoje (Coelho, 1999, pg.63).

Ainda nos dias atuais constata-se a condução equivocada das atividades e divulgação dos destinos turísticos em território brasileiro, e essa situação não acontece apenas na região norte do país, raro, as estratégias de venda fácil dos produtos turísticos⁴ são veiculadas de forma a exaltar a abundância dos recursos naturais, onde o homem nativo ou as populações tradicionais “continuam a se emprestar a imagem do bom selvagem”⁵.

“Natureza e sociedade não estão separadas, mas em contínua e dinâmica interação” (Schmit, 1971, *apud* Figueiredo, 1999), por exemplo, ressalta-se o caráter sócio-histórico do conceito de natureza em Marx.

Numa perspectiva de crescimento, a atividade turística passa, a partir dos anos 50, após as duas grandes guerras mundiais, a ser uma das principais atividades econômicas do século, competindo com a indústria petrolífera e bélica.

Contudo, o aprimoramento conceitual, as rupturas e mudanças ocorridas no “percurso” do turismo, e a evolução da atividade a partir da segunda metade do

cujas narrativas contém exaltações de téreas longínquas, exóticas e repletas de “imagens” extraordinárias e de mitos dos bons e maus selvagens.

⁴ Ruschmann, 1991, pg.26, deixa explícito que o produto turístico “difere fundamentalmente dos produtos industrializados e do comércio. Compõem –se de elementos e percepções intangíveis e é sentido pelo consumidor como uma experiência”.

⁵ Os caboclos, no entanto como os negros, associam-se, na maioria das vezes, às imagens de degradados (Gerbi, 1996, pg.68).

século XX, entendida sob a ótica da natureza habitada, há poucos avanços no que se refere a harmonia historicamente concebida entre homem e natureza, onde o primeiro faz parte da composição da paisagem natural.

Ainda nesse período, há poucas mudanças na visão dos viajantes do mundo e nos seus modos de uso dos bens ofertados pelos ambientes naturais. Ainda são limitadas ou quase inexistentes novas concepções ou mesmo critérios, no que diz respeito às culturas locais e às diferentes manifestações sócio-culturais das populações nativas, até mesmo porque prevalece a visão de abundância e perpetuação dos recursos naturais.

Em território brasileiro são inúmeros os exemplos de invasão dos espaços nas suas mais variadas dimensões, social, cultural, econômica e ambiental, fruto dessa herança conceitual concebida historicamente, cultuada e consumida ao longo de décadas pelos turistas e, principalmente utilizada pelos vendedores que atuam no ramo do turismo, por meio da exaltação do natural, do exótico, do belo, e do selvagem, subestimando os costumes, hábitos, sem se importar e dar conta da relação de interdependência existente entre homem e natureza⁶.

No Brasil pós milagre econômico, se vive uma época de maior evidência de concentração do capital nos grandes centros, e pela expansão da agricultura e pecuária extensiva para o interior do país. O turismo é voltado principalmente para a costa litorânea e para a região sudeste.

Nesse período vive-se sob os reflexos da economia globalizada, e como as demais economias do bloco dos países em desenvolvimento, o Brasil se coloca nessa dinâmica e sua riqueza natural é colocada no cenário internacional seja no aspecto das belezas naturais, seja na pauta das grandes questões ambientais.⁷

⁶ Sobre a demanda despertada pelo *marketing* verde, Figueiredo (1999, pg. 58), cita que “no nordeste brasileiro, vários são os exemplos de sociedades locais cujos modos de vida foram irreversivelmente impactados pelos fluxos turísticos desenfreados.”

⁷ A Amazônia faz parte desse cenário como detentora de grandes riquezas naturais, ao mesmo tempo é uma “bandeira” mundial como reserva de biodiversidade.

Nessa conjuntura global, o turismo no Brasil, num primeiro momento passa a ser visto como menina dos olhos e é muito facilmente incorporado às metas de desenvolvimento, incluindo as suas mais variadas nuances⁸, amplamente desejado, nas diferentes esferas do poder público e do setor privado.

Nessa perspectiva, na última década do século XX, cresce no país, a crítica aos processos e modelos concebidos sob ótica economicista-desenvolvimentista relacionados aos danos causados a natureza e dos riscos de comprometimento dos recursos naturais aliados à queda de qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

Nesse período se inicia o processo de elaboração de novos conceitos e formas mais avançadas da relação produção, sociedade e natureza, assim como cresce na sociedade, o interesse pelo turismo de natureza por parte dos adeptos ao lazer associado aos princípios conservacionistas, preocupados em protegê-la e irritada quanto aos danos a ela causados, frente aos problemas de degradação do meio ambiente, decorrentes dos sistemas político e sócio-econômico implementados segundo a lógica das sociedades urbano-industriais.

O ecoturismo recebe no âmbito governamental o primeiro tratamento de política publica, com vistas a ordenar e mais especificamente monitorar o Projeto de Turismo Ecológico, foi criada em 1987, a Comissão Técnica Nacional, constituída por técnicos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -IBAMA e do Instituto Brasileiro de Turismo- EMBRATUR.

Com vistas a compatibilizar as ações governamentais frente às políticas públicas do desenvolvimento sócio-econômico do país e mediante a pressão da sociedade referente para se criar um instrumento que assegure a regulamentação, proteção e participação dos atores locais no desenvolvimento das atividades turísticas, os Ministérios do Comércio da Indústria e Turismo e do Meio Ambiente-MICT/MMA definem o ecoturismo por meio das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo:

⁸ Atração de novos investimentos, geração de empregos, melhorias de infra-estrutura.

O ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente promovendo o bem estar das populações envolvidas (Embratur, 1994).

2.1 Desenvolvimento Sustentável e Ecoturismo – origem, conceitos e evolução

A partir dos anos 70, como forma de contrapor os impactos negativos, causados pelos sistemas econômicos concebidos no mundo ocidental, bem como os seus resultados, que se configuram como graves problemas ambientais, de uma sociedade injusta, perda de identidade cultural dos povos, surge uma nova perspectiva teórica denominada “desenvolvimento sustentável”.

Nas últimas décadas do século XX, cresce o debate quanto aos impactos ambientais, decorrentes do modelo desenvolvimentista. As sociedades do mundo inteiro cobra do Estado, a adoção de políticas e programas “compensatórios” preocupados com as questões da natureza, sobretudo no que se refere aos grandes e mais conhecidos temas mundiais, como o rompimento da camada de ozônio, o efeito estufa ou aquecimento global, aprimora o debate e a.

Cresce igualmente no mundo a perspectiva de formulação teórica do conceito de desenvolvimento sustentável, e se busca novos caminhos com vistas a frear ou minimizar os efeitos negativos causados pelas economias “desenvolvidas” provocando a degradação dos seus recursos naturais e acelerando o processo de divisão entre as nações de “ricos” e de “pobres”, onde “poucos se apoderam da maior parte dos recursos mundiais, e o resto procura viver como pode, mas tendo como ideal o padrão de consumo dos países desenvolvidos” (Figueiredo, 199,pg. 79).

No ano de 1972, realizou-se em Estocolmo, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que teve como resultado no Plano de Ação, que determinava o compromisso das nações em empenhar-se na busca de soluções viáveis para os problemas ambientais. Nesse mesmo ano foi elaborado por técnicos do Instituto de Tecnologia de Massachusetts com patrocínio do Clube de Roma, o Relatório denominado “os Limites do Crescimento”, que se referia sobre a impossibilidade de continuação do modelo de “desenvolvimento” e crescimento industrial e alertava sobre o risco de um esgotamento dos recursos naturais no período de cem anos.

São várias as contribuições teóricas sobre esse tema, e desenvolvidas ao longo dos anos. Dentre elas destacam-se os autores Franz Bruseke(1993), Ignacy Sachs(1993) e Oliver Godard (1997), cujos reflexões serão referenciadas a seguir.

As preocupações desses autores estão relacionadas com a insustentabilidade do padrão econômico e os impactos da economia sobre a ecologia, a conscientização e a participação das sociedades. Sendo que algumas discussões partiam da premissa de um “congelamento do crescimento da população global e do capital industrial” (Bruseke, 1993, pg 2).

Contrapondo a idéia do crescimento zero e apresentando novas contribuições no que se refere a outros modelos e processos alternativos de construção de propostas de geração de economia e contrapondo ao desenvolvimento a qualquer custo, surge o conceito de Ecodesenvolvimento,⁹ fundamentado no tripé: justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica.

O desenvolvimento da idéia de Ecodesenvolvimento envolve princípios, critérios e conceitos que pressupõem a adoção de estratégias baseadas na superação das necessidades básicas das populações dos países pobres, como alimentação, moradia, saúde, e no uso de tecnologias adequadas a realidade

⁹ “É um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas com também aquelas de longo prazo” (Sachs, 1986, pg. 18).

local, no aproveitamento dos resíduos, redução do consumo, e na exploração dos recursos naturais obedecendo sua manutenção e o respeito aos ciclos reprodutivos das espécies.

Segundo Godard (1997), “essa concepção foi deixada de lado, frente a interesses políticos hegemônicos, como os dos Estados Unidos, que pressionaram a utilização de um vocábulo consensual: o desenvolvimento sustentável”.

Nesse sentido, com vistas à continuidade desse debate e também para atender as questões de fundo como aquelas referentes à manutenção do *status quo* dos países desenvolvidos, sobretudo para a manutenção da condição política –econômica norte americana, é finalmente elaborado em 1983, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, com aval da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento- CMMAD¹⁰, da Organização das Nações Unidas, a saber:

Em essência o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos naturais, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o papel presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (CMMAD, 1988, pg.49)

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é amplamente divulgado por meio do Relatório de Brundtland (CMMAD-1988), e o mesmo torna-se um dos principais referenciais teóricos utilizado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Rio 92).

A Rio-92 teve como principais desdobramentos a elaboração da carta de princípios denominada de Carta da Terra, a Agenda 21, as convenções sobre, as mudanças climáticas.

Durante o Fórum Global, evento paralelo à Rio-92, foram assinados vários tratados referentes à conservação e proteção dos ecossistemas nacionais. Dentre

¹⁰ O termo Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento passa, nesse trabalho, a ser denominado pela sigla CMMAD

eles o tratado do cerrado, que aponta a criação de uma rede das organizações não governamentais, denominada Rede Cerrado, com o objetivo de promover e fortalecer a articulação das representações da sociedade civil com vistas a proteção e a conservação do bioma, bem como criar novos mecanismos e instrumentos para a adoção e o acompanhamento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sócio- ambiental nas regiões do cerrado brasileiro.

Ainda nos dias atuais não está pronto e acabado o conceito desenvolvimento sustentável, e mesmo antes da Eco-92, a literatura já disponibilizava mais de cem conceitos partindo da premissa de aliança entre desenvolvimento e o uso racional dos recursos naturais.

Em 2002 realizou-se em Joanesburgo na África, a Conferência Rio + 10, e no que se refere aos avanços esperados e ao cumprimento das agendas deliberadas durante a Eco-92 muito pouco de positivo foi constatado enquanto estratégia global de minimizar os impactos sócio-ambientais, sobretudo os causados pela sociedade urbano-industrial dos países desenvolvidos.

Nessa Conferência, o que se constatou foi o passivo sócio-ambiental vivenciado pelo planeta Terra, resultado da ineficiência de implantação de modelos e processos sustentáveis, bem como a resistência norteamericana para a assinatura do Protocolo de Kyoto, que trata principalmente da adoção de medidas voltadas para a redução da emissão de gases poluentes sobre a atmosfera. Nesse horizonte, são catastróficas as constatações e previsões de futuro: A Terra já passou 20% de sua capacidade limite, perseguem os riscos, de desertificação, ameaças de aquecimento global, e o aumento das desigualdades sociais.

Portanto há mais de três décadas o que se busca é o aprimoramento da discussão e reflexão sobre os modelos e distribuição de benefícios resultantes das economias capitalistas, o cumprimento de premissas e critérios usados na formulação e na viabilização de práticas sustentáveis a serem incorporadas ao desenvolvimento sócio-econômico, a partir dos princípios de auto-sustentação,

incluindo o conhecimento, o respeito pela natureza, pelas sociedades e culturas locais, e prevaleça a distribuição eqüitativa dos benefícios gerados.

Se por um lado o conceito de desenvolvimento sustentável foi construído há mais de duas décadas, e ainda nos dias atuais está sujeito à incorporação de novas variáveis. Nesse contexto, o ecoturismo, aparentemente mais suscetível às reformulações, surge no bojo de pelo menos duas vertentes, o turismo e a sustentabilidade.

“Durante seu desenvolvimento, o turismo apresentou fases de relacionamento com o meio ambiente, etapas marcadas com aspectos negativos e positivos e que tiveram dois grandes atores: o turismo de massa e o turismo ecológico” (Ruschmann, 1994, pg. 23-25).

São quatro as fases relacionadas pela autora (Ruschmann, 1994, *apud*, Figueiredo, 199). As duas primeiras fases estão relacionadas apenas ao conhecimento dos ambientes naturais e constata-se a existência de atividades consideradas de baixo impacto. A terceira fase correspondente ao turismo de massa e vem ocorrendo a partir dos anos 50, com apogeu entre 70 e 80. “Há um domínio brutal do turismo sobre a natureza”. E por último a quarta fase chamada de reparação e reconciliação, onde constata-se uma renovação e revalorização do meio ambiente, e nesse contexto surge o ecoturismo ou turismo ecológico, em conformidade com os conceitos de desenvolvimento sustentável.

As novas formulações e conceitos sobre a prática do turismo em ambientes naturais, o turismo ecológico, surge logo após esse estágio ou contexto da atividade turística, infelizmente caracterizada pelo uso predatório dos recursos naturais, pela subestimação dos valores culturais passados e presentes das comunidades receptoras, e uma distribuição desigual dos benefícios gerados pela atividade.

Dentre outros aspectos a serem levantados na construção conceitual do turismo ecológico ou do ecoturismo, existem algumas peculiaridades e princípios que diferenciam a atividade ecoturística do turismo convencional, a saber:

o ecoturismo caracteriza-se pela realização de determinadas atividades como passeios, roteiros, atividades para observar, fotografar, visitar, proteger, conservar, conscientizar -reunidas sob a Educação Ambiental, considerando também o aspecto da limitação do número de visitantes à capacidade suporte da área a ser explorada (Figueiredo, 1999, pg 100).

Para Ceballos-Lascurain (1987, apud Boo, 1990), turismo ecológico é: “a execução de uma viagem a áreas naturais que estão relativamente sem distúrbios ou contaminação com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar o panorama junto à fauna e à flora silvestres, assim como qualquer manifestação cultural passada ou presente) que se encontre nessas áreas”.

A procura de áreas de belezas naturais para a visitação tem aumentado significativamente nos últimos anos¹¹. Paradoxalmente a essa idéia de lazer associado aos ambientes de natureza, portanto livres de infra-estruturas características dos centros urbanos, ocorre também nesses lugares, o denominado turismo de massa¹², responsável pela degradação das áreas nativas, desrespeito às culturas locais, massificação de comportamentos, sendo esse tipo de turista denominados de “devoradores de paisagens, que após o uso do local pelos mesmos, ficava a nítida impressão de que uma onda de sujeira, barulho, etc, acabara de passar” (Krippendorf, 1997).

O ecoturismo embora seja analisado e concebido pela ótica da sustentabilidade, ou do turismo responsável, também ocasiona impactos sócio-ambientais, e por isso, sua execução, prescinde da adoção de algumas premissas básicas, sobretudo, referente ao planejamento, à participação, à organização, e à capacitação dos atores envolvidos, ao respeito às diversidades culturais, e à repartição dos benefícios gerados pela atividade.

¹¹ O ecoturismo é apontado como a modalidade de turismo de crescimento mais acentuado dos últimos anos (SEBRAE, 1995).

¹² Referente aos prejuízos causados e impactos ocasionados pelo turismo de massa, que compara esse fluxo de turistas como o “arrebentar de uma onda que adentra as cidades, as florestas, a montanhas, os desertos” (Jean- Didier Urbain, 1993, pg 15).

Tais pressupostos estão inseridos, tanto na visão da sustentabilidade e do desenvolvimento eqüitativo, como são essenciais para uma mudança do paradigma dos modelos sócio-econômicos adotados nas sociedades capitalistas, caracterizados por sistemas acumulativos de riqueza, e geradores de exclusão social.

Há que se considerar três paradigmas fundamentais às atividades ecoturísticas:

Paradigma da sustentabilidade que reúne o aspecto econômico (a atividade deve ser rentável para a comunidade), o social (a convivência entre visitante e visitado deve ser no respeito à alteridade) e o ambiental (há uma quantidade máxima de turistas que não pode ser ultrapassada sob pena de ocasionar vários níveis de desconforto) (Barreto, 2001, pg.12).

Esses conceitos e princípios reforçam a tese de que o “ecoturismo deixa de ser um tipo de turismo, uma segmentação de mercado turístico para se transformar em uma forma de se fazer turismo, com princípios e filosofia próprios” (Figueiredo, 1999, pg 99).

No entanto, ainda que com os avanços na implementação de experiências turísticas ecologicamente corretas, e se constate uma maior conscientização quanto às necessidades de consumo, mudanças de hábitos e de comportamento, nas sociedades modernas, há que se considerar que, no turismo ecológico, ocorrem os riscos, ocasionando prejuízos ao meio ambiente e às comunidades locais¹³.

¹³ Os possíveis problemas referem-se fatores de ordem ambiental (lixo, desmatamento, fogo, poluição dos rios, perda de biodiversidade); socio-econômica-cultural (desemprego, injustiça social, desagregação familiar, perda da identidade cultural)

Porém, há uma longa lista de benefícios que o ecoturismo pode proporcionar obedecendo aos princípios da sustentabilidade, estando inseridos na perspectiva do desenvolvimento sócio-ambiental. Segundo (Boo, 1992, pg. 6-7), são esses os principais benefícios:

- . Criação de áreas de preservação, como parques e reservas, bem como ampliação dos fundos para investimento e proteção dessas áreas;
- . Criação de novas formas de emprego, diversão e lazer para os residentes locais, fixando essa população no meio rural;
- . Revitalização de certas zonas rurais e reabilitação da preservação¹⁴ de seu patrimônio;
- . Possibilidade de proporcionar a educação ambiental aos visitantes e à população local, alertando sobre a degradação ambiental, instabilidade econômica, e trocas culturais;
- . Afirmação da identidade cultural dos residentes, pela preservação das suas tradições para o ecoturismo;
- . Uso de certos equipamentos de facilidades do ecoturismo pela população local, como transportes, comunicações e outros.

Portanto, o atual estágio de reflexão referente às atividades ecoturísticas é fruto de iniciativas do setor público e da sociedade, no sentido de ampliar os conceitos e usos das áreas protegidas, haja visto o que estabelece a legislação referente às Unidades de Conservação de Uso Sustentável¹⁵, sobretudo ampliar e assegurar às populações tradicionais moradoras dessas áreas, o direito de continuar e diversificar suas atividades produtivas, inclusive desenvolver o ecoturismo nesses locais, a exemplo, da criação das Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

¹⁴ Segundo o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza -SNUC-Lei 9.985/2000- “Preservar significa proteger, resguardar, evitar que alguma coisa seja atingida por alguma outra que lhe possa ocasionar dano. Conservar significa manter, guardar para que haja uma permanência no tempo”.

¹⁵ Segundo o SNUC, fica criada dentre outras categorias as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, menos restritivas permitindo o uso sustentável, e a categoria de Áreas de Proteção Integral, de uso restrito, como as estações ecológicas, reservas biológicas, cavernas e sítios arqueológicos.

Frente aos aspectos favoráveis e problemas trazidos por meio da atividade ecoturística, espera-se que o tema não fique na dicotomia do “a favor ou contra”, ou seja encarado de forma simplista e “engajado” sob o prisma do desenvolvimento sustentável, nos ideais de alguns ou nas concepções conservacionistas, sem dar a importância devida ao tema.

Como aconteceu com os pensadores e viajantes dos séculos XVIII e XIX, que durante um período descreveram seus destinos repletos de natureza exuberante e harmoniosa, onde animais e homens compõem a paisagem natural, nos dias atuais o ecoturismo numa espécie de saudosismo, aparece como uma atividade remanescente no tempo e no espaço, numa posição favorável e romântica, uma vez que boa parte ou a grande maioria dos produtos turísticos são doados pela natureza, ficando para segundo plano, outros requesitos básicos¹⁶.

Portanto, a reflexão e o aprofundamento das questões inerentes ao ecoturismo nos remete a um maior entendimento das realidades locais, à compreensão de suas dinâmicas, para que ele não entre no mesmo caminho dos discursos vazios de alguns privilegiados ecologistas.

Por outro lado, a atividade ecoturística pela sua vertente sócio-ambiental, também corre o risco de tornar-se objeto de satisfação acadêmica, ou servir de instrumento para pautar os políticos modernos, principalmente aqueles que durante anos apregoam o desenvolvimento sustentável.

No entanto, fugindo de uma visão imediatista, o ecoturismo deve ser concebido a partir de sua importância estratégica no planejamento regional ou global, sem desprezar a necessidade premente de instrumentos e de políticas públicas estruturantes¹⁷, voltadas para beneficiar a parcela mais pobre dos locais visitados.

¹⁶Para o desenvolvimento da atividade ecoturística há que se conscientizar dos desafios, barreiras e outras situações inerentes a quaisquer atividades econômicas desenvolvidas nas sociedades capitalistas.

¹⁷ Constituem em medidas estruturantes: o crédito, a valorização da identidade cultural, o direito a educação, a saúde, o transporte, estradas, o direito a terra , ao emprego, renda e direito aos bens básico de consumo- moradia, alimentação, a segurança e o lazer.

Com vistas a dar continuidade às ações governamentais e consolidar a atividade turística por meio da efetiva implementação das Diretrizes para o Ecoturismo, criadas em 1994, e instituir metas e programas votados para incrementar a política para o setor turístico, o atual governo recentemente lançou o Plano Nacional do Turismo- PNT, período 2003-2007, tendo como metas a serem alcançadas nesse período:

- . Criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos;
- . Aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil;
- . Gerar 8 bilhões de dólares em divisas;
- . Aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos;
- . Ampliar a oferta brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos¹⁸ de qualidade em cada Estado da Federação e Distrito Federal.

Ainda em relação ao PNT, segundo o que consta no documento referente às “Mensagens do Presidente”, a criação, execução e consolidação do mesmo ao longo dos anos deverão se transformar em fonte geradora de novos empregos e ocupações, proporcionando uma melhor distribuição de renda e melhorando a qualidade de vida das comunidades” (PNT 2003-07, pg. 08).

Como mencionado acima são vários os benefícios que poderão ser alcançados com a implementação da atividade ecoturística. Todavia, o que fica para análise e reflexão é como e quem de fato irá viabilizá-la, visto a situação das estruturas existentes nas três esferas da administração pública do país, principalmente em se tratando das fragilidades institucionais das estruturas dos governos estaduais e municipais, a começar pela generalizada inexistência de órgãos municipais de meio ambiente e de turismo.

Sobre a descentralização da gestão do turismo, nesse mesmo documento (*ibid.* 7), a respeito da mensagem do Ministro do Turismo, “estamos propondo um

novo modelo de gestão descentralizada com a reformulação do Conselho Nacional de Turismo e dos Fóruns Estaduais que estabelecerão permanente comunicação com as necessidades advindas das regiões, municípios e destinos turísticos” .

No entanto, em se tratando de destinos, a pergunta é qual será o rumo que terão os projetos apresentados ou demandados pelas comunidades locais? Visto que, “ficam no ar” os critérios adotados pelo Ministério quanto às instituições escolhidas para comporem os Fóruns Estaduais. Ou ainda quais os mecanismos a serem adotados para assegurar a participação e a representatividade dos movimentos sociais nos mesmos? Ao que parece, caberá a esse colegiado, no nível estadual, a decisão política de atuar como porta voz da comunicação interinstitucional, tendo também como atribuição a função de avaliar as propostas e projetos apresentados pelas comunidades locais, para o encaminhamento e apreciação das mesmas junto ao Ministério do Turismo.

Espera-se que os mecanismos, procedimentos e políticas públicas locais, de acordo com os princípios e premissas discutidas e levantadas no âmbito do ecoturismo e abordadas nesse capítulo, assegurando a participação legítima das comunidades locais na decisão quanto aos destinos de suas reivindicações. Isso está afirmado pela intenção presidencial, descrita numa outra mensagem:

“O turismo quando bem planejado, dentro de um modelo adequado, onde as comunidades participam do processo, possibilita a inclusão dos mais variados agentes sociais”¹⁸ (*Id Ibid*, pg. 8).

¹⁸ No documento acima mencionado, não há referências quanto aos três produtos, ou menção que aponte caminhos para suas definições.

¹⁹ “São agentes sociais do processo de desenvolvimento: jornaleiros, taxistas, camareiras, cozinheiras, artesãos, músicos, barqueiros, pescadores e outros profissionais. O envolvimento abrange toda a comunidade receptora” (Mensagem do Presidente da República, PNT, pg, 4)

2.2 Assentamento rural e ecoturismo: uma interação possível

“Pecar por silêncio, quando se deveria protestar, transforma homens em covardes”

A. Lincoln

Nessa seção a contribuição que se espera para o desenvolvimento da pesquisa é tratar de alguns aspectos considerados importantes na abordagem da atividade ecoturística em uma área de assentamento rural.

Inicialmente vale ressaltar que a organização de um trabalho científico é motivo de muita satisfação para quem o faz, porque possibilita além do crescimento intelectual, interagir com as comunidades estudadas, a reaproximação do mundo acadêmico com a realidade social, enfim permite resgatar as histórias e processos vividos, e especialmente explicitar um posicionamento político, e contribuir para as formulações e diálogos sociais, acadêmicos e pessoais.

Com isso, a presente reflexão resgata a importância histórica e a admiração por um dos “ícones” da formulação teórica do desenvolvimento sustentável que já na década de 80 contribuiu na formulação dos conceitos e discussão das questões ambientais do país e do planeta, Orlando Valverde. “Somos o que fazemos mas, principalmente somos o que fazemos para mudarmos o que somos”.

Faz-se necessário resgatar a origem dos assentamentos rurais no país e no estado Goiás, analisando os conceitos e os processos de ocupação e permanência no campo, de populações originalmente rurais, ainda que de diferentes territórios, em busca de um ideal comum, desencadeando um confronto ideológico e de pressão sobre a estrutura fundiária do país.

Além disso cabe abordar alguns aspectos históricos para a análise dos movimentos sociais em busca da ruptura com a hegemonia sócio-econômica-política da burguesia industrial e agrária, exercida ao longo de décadas, sob o privilégio de políticas públicas adotadas pelos governantes brasileiros.

A história da formação do espaço agrário brasileiro, desde o colonial-escravista até o atual momento, nos demonstra que as forças gerenciadoras do território atuaram no sentido de regular juridicamente a propriedade fundiária em função da posse por determinados grupos: ora para a classe senhorial plantacionista, ora para os senhores feudais, ora para uma burguesia agrária com vistas a produção em grande escala para o mercado internacional (Moreira, 1990).

Historicamente, tem-se uma série de exemplos de resistência e rompimento desse processo, conduzidos pelos movimentos sociais, “as lutas camponesas sempre tiveram presentes na história do Brasil. Os conflitos sociais no campo não se restringem ao nosso tempo. Alguns exemplos foram a Guerra dos Potiguaras, Confederação dos Tamoios, Palmares, Canudos entre outros” (Fernandes, 2000, pg.25-47).

E em relação à mobilização social no campo, houve o movimento iniciado no final dos anos 50, liderado por Francisco Julião²⁰ desencadeado em Pernambuco e espalhado por todo o Nordeste, conhecido como Ligas Camponesas, e, no início dos anos 60, o Movimento dos Agricultores Sem Terra-MASTER²¹, ocorrido no Rio Grande do Sul. “Esses dois movimentos seriam os precursores do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST”²² (Vasconcelos, 2003, pg,27),.

Quando perguntado sé é agitador social, diz Julião:

²⁰ Relembrando um pensamento da época mencionado por Francisco de Julião: “luta pela reforma agrária é a maior questão de todos os séculos e de todos os povos”.

²¹ O movimento dos Agricultores Sem Terra- MASTER, teve o apoio do então governador do Estado, Leonel Brizola, “que colocou a Brigada Militar para proteger e ajudar os camponeses”, (Vasconcelos, 2003, pg) 27.

²² O termo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, será substituído pela sigla MST, no presente trabalho.

agitador social, não naquele sentido que a burrice e ama-fé, a serviço da reação, propagem, mas naquele outro que é o de se colocar diante do povo, para o debate franco, as questões fundamentais, como a reforma agrária, que virá de qualquer jeito, na lei ou na marra, com flores ou com sangue, (Francisco Julião apud, 2003, pg.27).

Segundo João Pedro Stédile, um dos Coordenadores nacionais do MST, “a sociedade brasileira perdeu várias chances históricas de fazer a reforma agrária” (Caros Amigos de 18 de setembro 2003) . A primeira foi da edição da Lei da Terra, 1850:

em todos os países que se libertaram da escravidão, criou-se oportunidades para que os negros tivessem a terra. E aqui no Brasil como disse o professor José de Souza Martins, a terra ficou cativa da propriedade privada do capital. A nossa Lei de Terras de 1850, em vez de ser uma lei para democratizar a propriedade da terra, tornou-se privilégio de quem tivesse dinheiro.

Ainda de acordo com Stédile, a segunda foi na revolução de 30, no governo Vargas, segundo Stedile, quando da implementação do modelo industrial dependente²³ ,diferentemente de outras sociedades, que, para promover o desenvolvimento industrial e desenvolver o mercado interno, fizeram a reforma agrária.

E, mais uma vez, a sociedade brasileira perde a terceira chance:

“na década de 60, com a grave crise do modelo de industrialização do país, segundo Celso Furtado, é preciso organizar e desenvolver o mercado interno e corrigir as mazelas da nossa sociedade e para fazê-lo uma indústria mais democrática, é preciso fazer a reforma agrária. João Goulart chegou a fazer uma lei de reforma agrária, mas não consegui mandá-la ao Congresso, porque, em dezoito dias do anúncio da mesma, de novo os militares se unem com a oligarquia rural e dão o golpe militar”.

²³“No Brasil, de novo instalamos uma industrialização dependente, baseada na concentração industrial num mercado interno restrito. Então saímos da mula para Volkswagen, com uma instalação de uma fábrica de 30.000 operários em São Bernardo-SP”.

A acumulação capitalista historicamente beneficiada pelas leis e programas governamentais, configurando-se numa classe dominante com base na propriedade da terra, intensificou a grande propriedade, mais uma vez beneficiada, pelas políticas públicas e por meio dos incentivos fiscais, período que se inicia na década de 50, acentuando-se nas décadas de 60 e 70, com a chamada revolução verde²⁴.

Esse processo gerou a expulsão de milhares de trabalhadores e produtores familiares de suas terras, para dar lugar a agricultura e a pecuária, intensiva em capital e extensivas em áreas, acarretando sérios problemas sociais nos centros urbanos. O êxodo rural configura-se por uma acelerada redução da população rural do país. Nos anos 60, 80% da população brasileira vivia no campo e após três décadas percebe-se que esse percentual corresponde ao contingente de pessoas que habitavam nas cidades.

Ainda na década de 60, como resultado das discussões desencadeadas referente ao êxodo rural e processos de desagregação social, como o desemprego dos trabalhadores rurais nas cidades, no Brasil e em outros países da América Latina, e para regulamentar as questões da terra no país, o governo criou o Estatuto da Terra em 1964, o INCRA, e outros órgãos com o objetivo de promover a Reforma Agrária.

No entanto, frente à ineficiência governamental, à pressão e ao crescimento dos latifúndios, onde a produção é cada vez mais caracterizada pela agricultura mecanizada e voltada para a exportação, agravando o desemprego no campo e na cidade, surge, apoiado por outros segmentos da sociedade²⁵, para promover

²⁴ Revolução verde, processo mundial, caracterizado principalmente pela “adequação” da agricultura ao modelo industrial, tornando-a empresarial, mecanizada e dependente dos insumos ou “pacotes” agrícolas.

²⁵ O MST tem suas bases organizativas, o apoio dos sindicatos dos trabalhadores rurais da Comissão Pastoral da Terra- CPT, da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura e partidos políticos de esquerda, PT, PDT, PSB, PCB e PC do B.

uma ruptura sobre o domínio da terra no país, e assegurar o direito a terra, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra -MST.

Ao longo desses anos, o MST configura-se como o principal movimento popular do país, com suas ações pela Reforma Agrária e fixação no campo, de milhares de trabalhadores²⁶. Atualmente em suscitando uma contra-reação da classe dominante, em grande parte induzida pelas visões tendenciosas dos meios de comunicação em massa, e fortalecida pela ideologia dos latifundiários²⁷, principais interessados na manutenção de seus privilégios político-sócio-econômicos.

No Estado de Goiás, foi na década de 80 que surgiram as primeiras ocupações de terra (Moraes, 1999, pg. 23), e delas surgem os primeiros assentamentos rurais.

²⁶ Segundo o bispo dom Tomás Balduíno, presidente da CPT, há no país cerca de 130 mil trabalhadores acampados e falando sobre as pressões sobre “os que já estão assentados”: “Há 67 assentamentos que vivem 11.321 famílias, ameaçadas de despejo”(*Ibid*, pg.08-09).

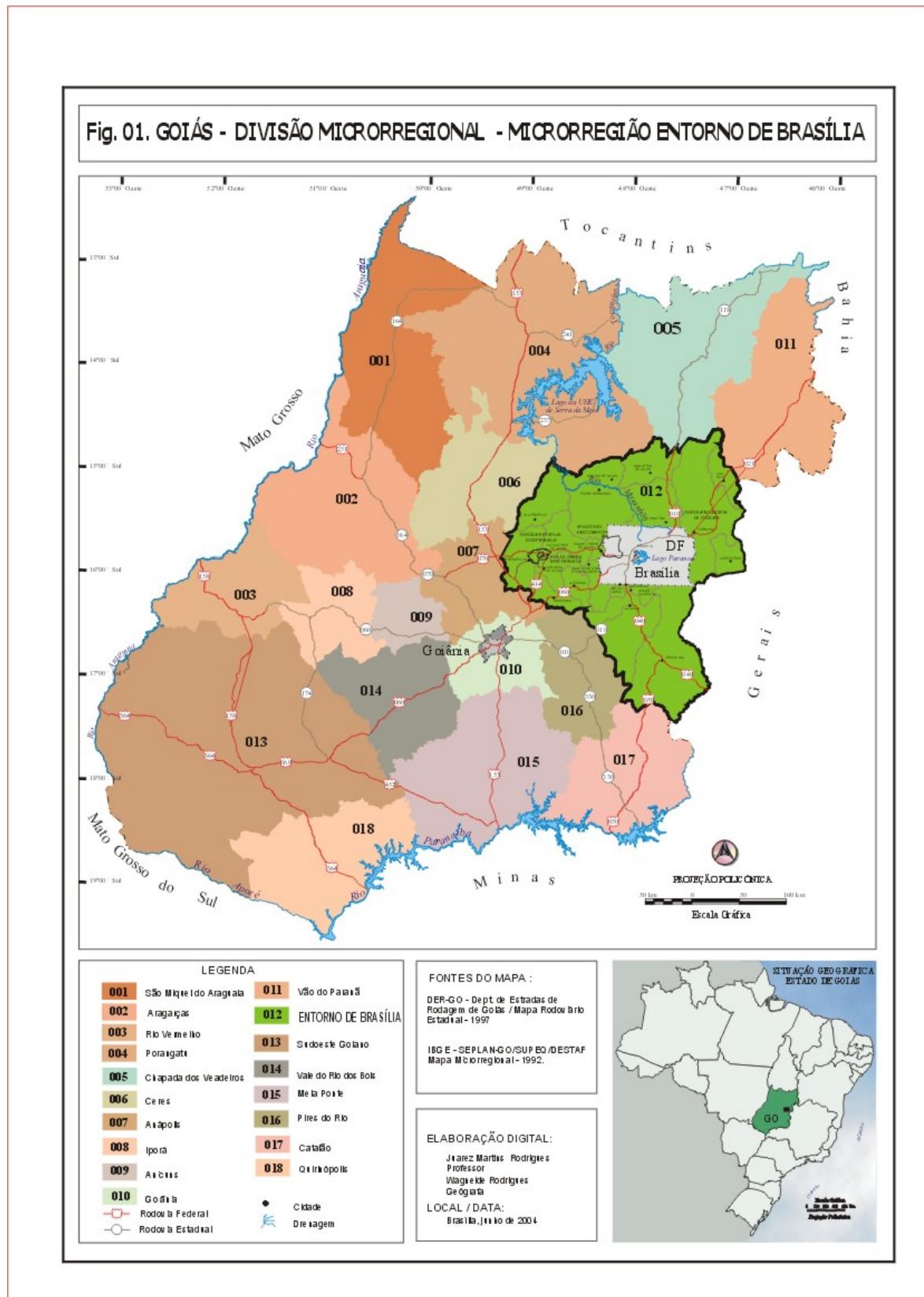
²⁷ O Brasil é o segundo maior do mundo em concentração fundiária, perdendo apenas para o Paraguai.



Moradia PA – Colônia I

Essas ocupações não aconteceram de forma planejada, e se iniciam “numa espécie de evolução que passou da pura resistência isolada, em posses antigas, à ocupação devidamente planejada de área previamente escolhidas, sob a orientação de sindicatos, CPT, Diocese de Goiás e MST” (Marina Amaral, Caros Amigos, 2003).

3. Caracterização sócio-econômica e políticas públicas para o DF e Entorno.



O Distrito Federal e municípios do Entorno desde o inicio da década de 60, com a criação de Brasília, têm se configurado pelo crescente concentração urbana por meio de uma política governamental incentivadora da migração de mão de obra para a construção de Brasília.

Face à situação de desequilíbrios sócio-econômicos, ambientais e políticos decorrentes do processo de ocupação desordenada das áreas urbanas e de pressão sobre os recursos naturais do Distrito Federal e municípios vizinhos, no ano de 1998, o Projeto de Lei Complementar, o governo federal cria a “Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno”-RIDE, que busca “por meio de uma ação integrada entre a União, Distrito Federal, e os Estados e Municípios que integram a região, implantar soluções imediatas e a médio prazo para os problemas existentes” (Ministério da Integração, 1998).

Dentre os objetivos da RIDE, estão “a melhoria da qualidade e ampliação dos serviços públicos essenciais, dar ênfase às atividades de promoção da atividade econômica regional criando empregos e geração de renda”. O cumprimento desses objetivos será fruto de um esforço conjunto dos Governos Federal, do Distrito Federal, Estaduais e Municipais, integrantes da RIDE²⁸, além da participação de todas as comunidades locais.

Para tanto, foi criado o Plano Especial de Desenvolvimento do Entorno e do Distrito Federal- PLANRIDE, com intuito de “promover programas e projetos voltados para o desenvolvimento da região e tomar medidas emergenciais para minorar os problemas sociais existentes na região” (RIDE, Ministério da Integração).

Nesse sentido, foi também criado o Programa de Desenvolvimento da Região Integrada do Distrito Federal e do Entorno, com o objetivo de “implantar um modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável do Entorno do Distrito Federal”, tendo como público alvo “a população da região do Entorno do DF”, e

²⁸ Fazem parte da RIDE 19 municípios de Goiás, 3 de Minas Gerais e o Distrito Federal

como órgão responsável, a Secretaria de Desenvolvimento do Centro Oeste (SCO), do Ministério da Integração Nacional.

Nessa mesma linha de implementação de políticas públicas na região, com objetivos teoricamente afins, visando promover o desenvolvimento local e regional sustentável, com maior foco na participação da comunidade e na valorização do social, foi criada também no final da década de 90, pelo governo federal, no âmbito do Programa Comunidade Ativa o Desenvolvimento Local Integrado Sustentável- DLIS.

O DLIS, segundo seus idealizadores, “diferentemente de outras metodologias de promoção do desenvolvimento local, é fundamentalmente, uma estratégia de investimento em capital social que prevê a adoção de uma metodologia participativa, pela qual mobilizam-se recursos das comunidades, em parceria com os atores da sociedade, de governos e empresas, em todos os níveis, para a realização de diagnósticos da situação de cada localidade, a identificação de potencialidades, a escolha de vocações e a confecção de planos integrados de desenvolvimento, a captação de recursos, a negociação e a execução de agendas de prioridades que desdobrem esses planos em ações concretas” (Programa Comunidade Solidária).

Uma primeira reflexão dessas políticas públicas, RIDE e DLIS, com abrangência na região de estudo, embora as mesmas tenham surgidas na mesma época, no final dos anos 90, pouco se vê de “menção ou intenção” e menos ainda articulação entre uma e outra. Pois, de um lado a primeira é fruto do Ministério da Integração, com o foco desenvolvimentista-economicista, preocupado em melhorar os serviços essenciais, básicos ou emergenciais, resultantes da superpopulação e da violência, e que propõe criar um “modelo de gestão integrado de desenvolvimento sustentável”.

Por outro lado, prevê-se na implementação do DLIS um maior investimento na capacitação dos atores e incentivos a redes de disseminação de experiências vivenciadas nas comunidades, assegurando a participação das comunidades locais, por meio da formação de conselhos e fóruns locais.

O fato da região já ter experimentado ou teoricamente ter sido beneficiada por esses programas concebidos no âmbito da esfera federal, dentro da visão de desenvolvimento regional, ainda que atualmente haja se constate a “extinção” ou falta de continuidade dos mesmos, como no caso o DLIS, o processo de implementação dos mesmos, numa perspectiva de valorizar os acúmulos obtidos por parte das comunidades, seja no espectro de mecanismos participativos criados, realização de diagnósticos, execução de projetos de base comunitária, a geração de conhecimentos e a troca de experiências. Enfim, ainda que se considere as mudanças no contexto político-sócio-econômico, a adoção de novas estratégias para o desenvolvimento sócio-ambiental, há de se considerar o crescimento dos atores locais por meio dos processos vivenciados, e ações a serem implementadas não caiam na filosofia da reinvenção da roda.

Portanto, os impactos negativos que se refletem nos inúmeros problemas sócio-ambientais da região do DF e Entorno, e na vida de milhares de trabalhadores e produtores familiares da região, que nas últimas três décadas sofreram uma verdadeira expropriação de seus domicílios rurais, a situação leva os mesmos a se articularem e a se mobilizarem em torno da luta pela terra.

Ao longo dos anos, os trabalhadores rurais se viram obrigados a trocar sua dinâmica rural pela urbana. E por isso, frente a essa situação insustentável no meio urbano, inicia-se o processo de organização pelo retorno ao campo e pressão aos organismos governamentais.

Numa realidade rural que se configura pela grilagem e pelos processos de apropriação irregular da terra, onde os sistemas produtivos dão lugar à especulação financeira e imobiliária, e de outro pela mobilização dos trabalhadores articulados na região e em âmbito nacional com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, cujas ações reivindicatórias perpassam pela resistência e ocupação de terras, onde ocorre a maior pressão é exercida sobre os órgãos responsáveis pela adoção de políticas agrárias.

Lembrando Francisco Julião, quando se refere à Reforma Agrária enquanto “maior problema do mundo”, uma vez que “a lógica espacial da sociedade contemporânea conduz à sina do retirantismo, marca maior dos trabalhadores de todo o mundo e do Brasil” (Oliveira, 1999, pg. 817). Numa reação contrária e de resistência a essa situação, o MST assume um papel crucial na história dos trabalhadores rurais.

Resistir é lutar pelo retorno ao direito de encontrar-se reencontrar-se; resistir é assumir a identidade perdida na exploração de mão-de-obra desqualificada pelo próprio capital; resistir é dizer não, territorializar , reconhecer-se como sujeitos capazes de contrapor as consequências da ausência de um projeto popular que poderia garantir o que se tem denominado de justiça social (Silva, 2000, pg. 8).

Em fins dos anos 90, como resultado dos conflitos fundiários e pressionado pelo movimento social, o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA elegeu a região do DF e Entorno, como sendo uma de suas oito “Áreas de Atuação Estratégica”, existindo hoje nessa região um número expressivo de trabalhadores rurais assentados pelo Programa de Reforma Agrária²⁹.

Situado dentro da área de atuação estratégica do MDA, o Município de Padre Bernardo, que tem as atividades econômicas voltadas para os setores da agropecuária, agroindústrias, sobressaindo o de serviços, abrange uma área de 3.138 Km², com uma população de 21.514, sendo 11.069 homens e 10.445 mulheres. Habitam a área urbana 13.272 pessoas e, na área rural, 8.242.

O município está dentro da área de Atuação da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno, e tem desenvolvido parcerias no âmbito do Governo Federal com vistas ao desenvolvimento regional e local. Outra atuação no nível das políticas públicas federais foi a participação do município no

²⁹ Na região do DF e Entorno foram criados 103 assentamentos, representando aproximadamente 50.000 pessoas.

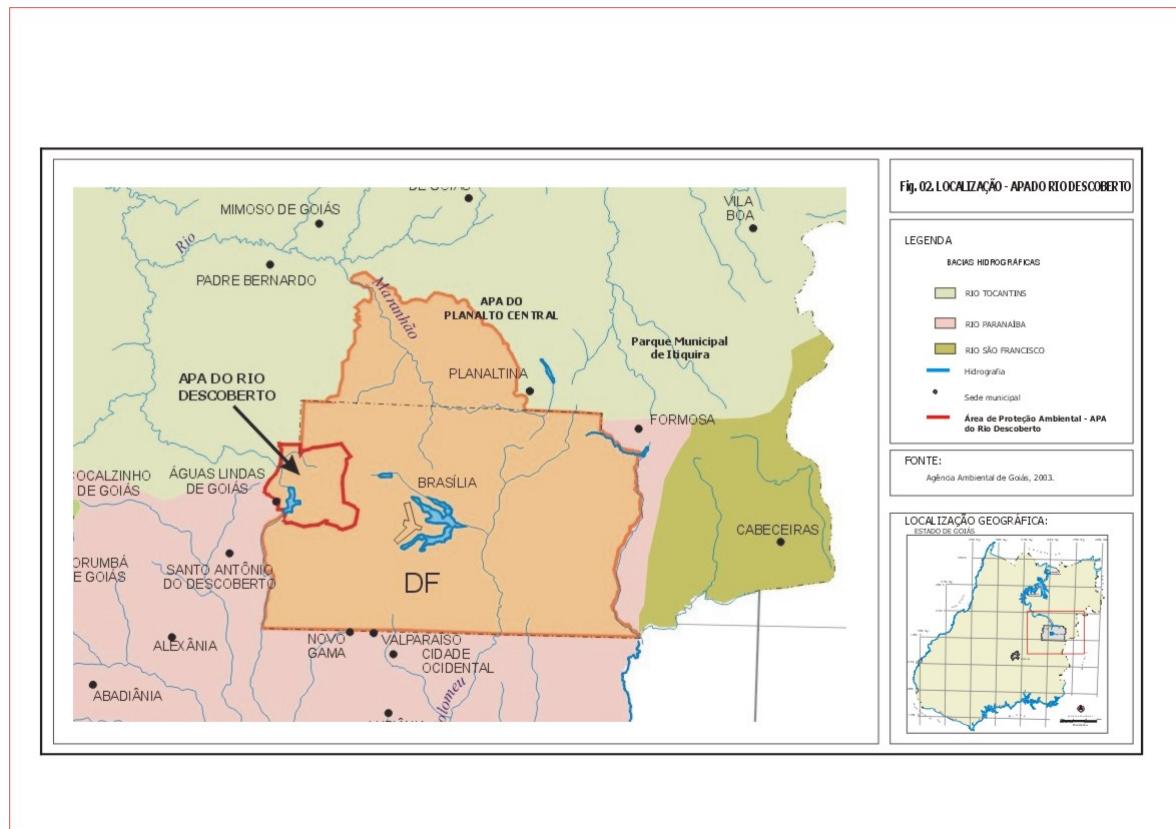
Programa Comunidade Solidária, por meio da elaboração do seu Plano de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável- DLIS.³⁰

Alguns indicadores de desenvolvimento local foram levantados pela população quando da elaboração do Plano-DLIS. Como pontos positivos, destacam-se: “a produção de hortifrutigranjeiros com valor agregado; o turismo ecológico e rural”. Como principais pontos negativos: “a falta de conhecimentos das oportunidades do município; ausência de espírito empreendedor; falta de capacidade gerencial; dificuldades na comercialização dos produtos pelo custo elevado do frete; descapitalização dos pequenos produtores; falta de conservação e manutenção das estradas vicinais”. O mesmo se aplica às áreas rurais do município apresentam-se em condições precárias quanto aos aspectos positivos e negativos levantados pelo DLIS.

Quanto a outros Programas desenvolvidos pelo Governo Federal mais especificamente pelo MDA, existe no município 04 assentamentos de Reforma Agrária, o que corresponde aproximadamente a 300 famílias.

³⁰ Segundo o DLIS, 2001, “existe no município, aproximadamente 800 famílias em situação de

3.1 Aspectos relevantes para a definição das localidades pesquisadas.



Referente ao tema agrário (Oliveira, 1999, pg.17) diz que

a particularidade do MST se deve pela recusa à migração, substituída pela luta para ficar, para se encontrar, encontrar com a terra prometida, encontrar com a identidade negada de Sem Terra e por esta negação, se afirmarem como cidadãos em luta contra a concentração de terras, contra o Estado brasileiro, contra o capital mundializado.

Portanto, a atual discussão sobre “modelos e processos” que vem substituir o desenvolvimento segmentado e ambientalmente desagregador de recursos naturais, tem sua matriz numa visão mais holística de vida e de sociedade,

pobreza caminhando para a indingênciia”.

perpassando pelo desenvolvimento com eqüidade social ou desenvolvimento sócio-ambiental.

É nesse contexto, onde as especificidades da área estudada, somado às potencialidades quanto as suas belezas naturais constituindo em atrativos ecoturísticos, associadas a experiência de implementação de processos concebidos sob a ótica da sustentabilidade, reforçam os aspectos considerados importantes para a escolha das áreas pesquisadas.



Cachoeira PA – Colônia II

São também fatores importantes para a realização da pesquisa e que serão abordados no decorrer desse trabalho e que vêm contribuir no processo organizativo constituindo-se em aspectos favoráveis ao desenvolvimentos de atividades de caráter comunitário :

.Existência no local de processos organizativos e de mobilização junto aos assentados.

. Experiência de articulação e o apoio de instituições de pesquisa e educação como a Universidade de Brasília-UNB, INCRA-PRONERA, e Escola Agrotécnica Estadual de Unaí-MG, no desenvolvimento de projeto voltado para a capacitação de alunos e monitores do assentamento Colônia I.

. Articulação e apoio de instituições de pesquisa e de assistência técnica, como a EMBRAPA- Cerrados e Emater.

. Implementação de atividades por meio de linhas de créditos e Programas de capacitação- Ministério do Trabalho, INCRA.

.Estabelecimento de parcerias com instituições que atuam com a implementação de programas voltado para a conservação, recuperação e proteção dos recursos naturais, como o Ministério Público do DF e Territórios.

. Desenvolvimento de atividades produtivas de caráter coletivo, como a horta orgânica, viveiro florestal e centro comunitário.

. Criação do grupo Vida e Preservação voltado para a produção sustentável.

. Relação com o público consumidor, por meio da realização de feiras livres de produtos alimentícios.

. Recepção de grupos de visitantes no local do assentamento.

. Proximidades com o centro comercial de Brasília.

.Mudanças de hábitos e comportamentos demonstrados pela comunidade.

“mudar comportamentos, validando o que é permitido e o que é proibido, faz com que os assentados repensem seus costumes, reconstruam seus hábitos,desde a forma de educar seus filhos até a divisão de tarefas no grupo”.³¹

³¹ Conceito com as contribuições conceituais de Suely Ronik e Félix Guatarri, no livro Cartografias do desejo.



Artesanato – Grupo de Mulheres PA – Colônia I

Esses fatores e as ações pró-ativas para ampliar as parcerias junto aos órgãos governamentais nas esferas municipal, distrital e federal, e junto a outras instituições de apoio, que poderão potencializar suas iniciativas, constituem-se em “ferramentas” valiosas para viabilizar seus planos e dar concretude aos seus projetos, podendo até influenciar e estimular a adoção de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento sócio-ambiental nos níveis local e regional.

Portanto, são esses os aspectos que estimulam a realização da pesquisa, a essa realidade serão acrescidos novos atores e parceiros em busca da realização dos sonhos e de renovar as esperanças, dos que um dia sonharam com a dignidade, com a colheita dos frutos da terra, com a autonomia e o cuidar dos seus “destinos”.

A partir do acúmulo das organizações de trabalhadores rurais assentados, e as estratégias de planejamento e desenvolvimento das potencialidades da região

do Entorno do Distrito Federal, baseados na reflexão histórica das premissas referente à adoção de modelos sócio-ambientais de desenvolvimento, desenvolveu-se a pesquisa em dois assentamentos rurais, Colônia I e Colônia II situados no Estado de Goiás, na região do Entorno do DF.

O interesse despertado para a pesquisa e reflexão quanto à implementação do ecoturismo nos assentamentos, se deu visto as articulações interinstitucionais desenvolvidas pelos moradores do Projeto de Assentamento –PA Colônia I, a experiência histórica de luta de seus habitantes pela terra, e a incorporação de processos coletivos de produção sustentada, assim como a demonstração de interesse de seus moradores de realizar parceria com habitantes de outro assentamento, denominado de PA Colônia II, sendo que os moradores de ambos vivenciaram os mesmos processos de resistência e ocupação da terra, pois antes pertenciam a um mesmo acampamento.

Com base em todos os aspectos acima mencionados e somados às experiências organizativas e produtivas já em processo de implantação no Projeto de assentamento Colônia I e o interesse de seus moradores, na continuidade de diálogo com o assentamento Colônia II, por meio de parceiras e a troca de experiências, espera-se a pesquisa contribua para o planejamento e a implementação de estratégias conjuntas voltadas ao desenvolvimento de atividades ecoturísticas nessas comunidades.

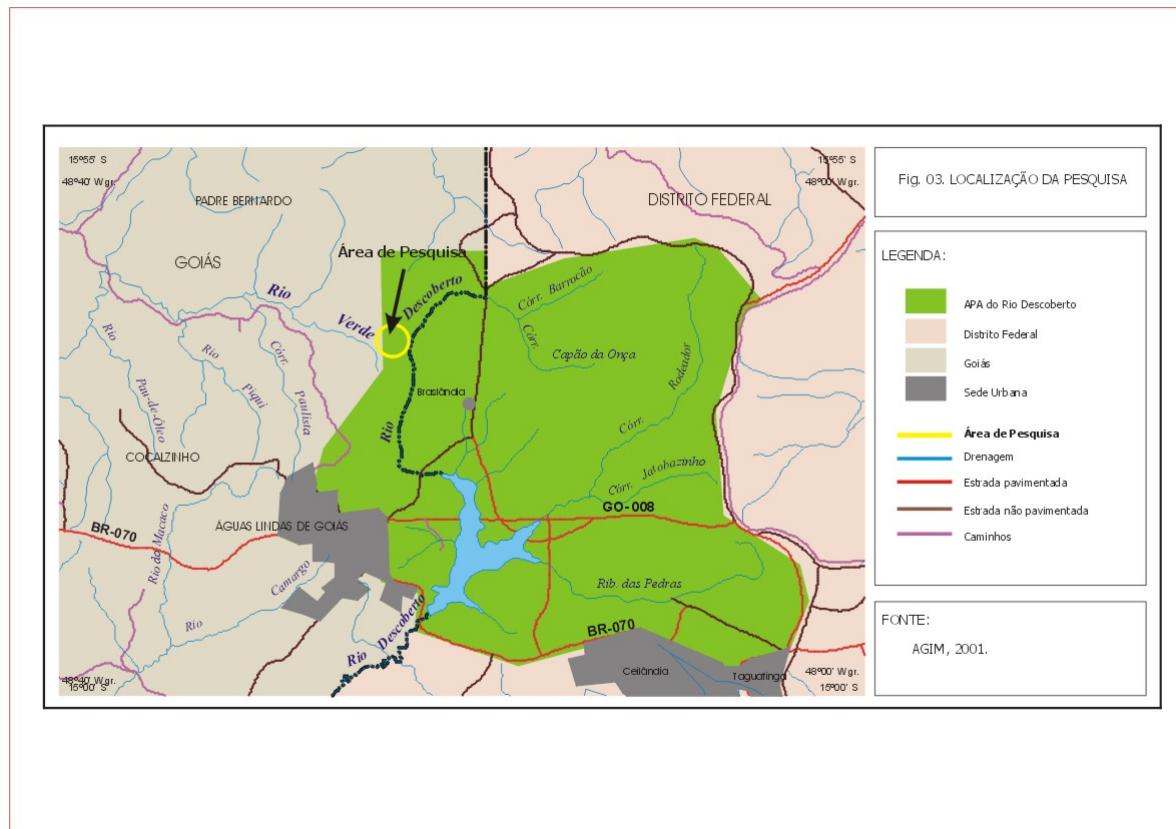
4. O Assentamento Colônia I

"... o sonho que a gente sempre gosta de realizar é um sonho assim, que eu tenho em mente desde quando a gente entrou aqui, é o Ecoturismo. Eu queria que isso melhorasse, a gente gostaria de mostrar, ter oportunidade de sentar e contar a nossa história... Mostrar a cerca da preservação da natureza e tudo..." (Valdemir S. Veloso, reside no Assentamento Colônia I).



Composto Orgânico PA – Colônia I

4.1 Localização, características, história, experiências e perspectivas



O Projeto de Assentamento PA Colônia I está inserido na Área de Proteção Ambiental do Lago do Descoberto, se encontra no quadrante geográfico 15°36'59" por 15°35'29 de latitude Sul e 48°15'07" por 48° 17'25" de longitude WGr. Criado oficialmente em 1996, está localizado no Município de Padre Bernardo-GO, nas proximidades do povoado de Monte Alto, a 15 KM de Brasília- DF, a 80 KM de Brasília, inserido na área de Proteção Ambiental- APA do Descoberto.³²

Possui características semelhantes aos demais problemas estruturais dos assentamentos da região e do país, como as deficiências das ações voltadas para os setores básicos, como saúde, educação, transporte, abastecimento d'água e fragilidade dos programas de apoio à produção rural.

³² A APA do Descoberto foi criada por meio do Decreto nº 88.940/83, abrange parte do DF e do Município de Padre Bernardo, tem como objetivo principal "proporcionar o bem estar futuro das populações do Distrito Federal e parte do Estado de Goiás,bem como assegurar condições ecológicas satisfatória à represa do mesmo nome".

No entanto, a localidade apresenta as potencialidades já identificados no município, com algumas peculiaridades, como a facilidade de acesso, a beleza cênica dos recursos naturais existentes dentro da área do assentados, como inúmeras cachoeiras, escarpas dos morros, mirantes, trilhas, nascentes, mata ciliar e a biodiversidade do cerrado. Outros pontos positivos, como a diversidade de produtos turísticos, a produção orgânica, o artesanato e a alimentação natural, são também relevantes no processo e devem ser agregados aos atrativos anteriormente mencionados.

O assentamento das famílias nessa localidade é consequência da trajetória de vários trabalhadores que, desde 1994, se mobilizam, se deslocam e resistem nos acampamentos em prol de uma causa comum o direito a resgatar sua dignidade e cidadania, ou de sair da situação de expropriado para “dono” da terra. Essas famílias como o de praxe aos demais processos desencadeados no país pelos trabalhadores sem terra, onde se deslocam de um “canto para o outro”, em busca da permanência e fixação. Primeiramente as 100 famílias que integravam esse movimento, acamparam na Fazenda Imperial, de onde foram despejados, em seguida se estabeleceram na localidade conhecida com Chapadinha, no Município de Brazlândia.

Abaixo, serão descritos os depoimentos de duas lideranças dos assentados do Projeto de Assentamento Colônia, concedidos a alunos que participam do Grupo de Trabalho de Apoio a Reforma Agrária- GTRA/UNB³³. Os quais retratam com bastante clareza a violenta reação de alguns setores da sociedade e como os mesmos se relacionam com os trabalhadores “sem terra” e, por outro, como o estado ou a condição de migrantes também os fortalece, e por meio do processo de organização interna adquirem força e poder, e por meio do espírito da coletividade constroem novos comportamentos sociais, fortalecendo a consciência de classes, e o significado simbólico e real do processo

³³ O Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária- GTRA é vinculado ao Departamento de Extensão da UNB, foi criado em 1996 e desenvolve projetos multidisciplinares em vários assentamentos do DF e Entorno.

desencadeado em muito supera a falta de infra-estrutura básica vivenciada nas ocupações.

...foi dois anos e meio com minha família debaixo de uma lona, sendo humilhado, recebendo crítica da sociedade, chamado de marginal, que só tinha bandido, foi uma situação difícil. A polícia pegava e escalava uma doze na cabeça da gente, chamava de vagabundo, no respeitava nossa família, não respeitava ninguém. A própria polícia, aquela que nós paga, pra proteger o cidadão, inverte os papéis se transforma num marginal (depoimento de Teobaldo Rocha, 55 anos, morador da parcela nº 11).

Quando perguntada se estavam unidos durante o processo de ocupação, uma das assentadas fala:

...sempre unidas. A gente era como uma irmandade, era não, que até hoje nós somos quando a ceap saiu o INCRA liberou, nós era 100 família e aqui só tinha lugar pra 24, então quando os outros foi tirar pra outro lugar a gente chorou muito. Porque a gente era muito unido, agora depois que um foi prum lado, foi pro outro, é que a gente ficou mais afastado (depoimento de Elza Dias Rocha, também moradora da parcela nº 11).

É sobre essa realidade que nos dias atuais ainda causam espanto e indignação a alguns segmentos da classe média e a burguesia do país, e sob esse pensamento equivocado e desprovido de reflexão histórica dos processos e modelos de desenvolvimento adotados no país e se “evolui” no sentido da concentração da propriedade rural, sobretudo a partir da década de 60, por meio da “modernização da agricultura”.

É sob essa lógica da acumulação de riqueza de um setor, gerando a exclusão social de milhares de trabalhadores e produtores familiares, que se deve discutir com os setores da sociedade que se “apropriam” da ideologia dominante, é com esses atores que cabe a discussão sobre o processo de mobilização e organização dos “sem terra” e como os mesmos “vão buscar a ruptura das fronteiras como o acesso a propriedade privada da terra” (Oliveira, 200).

O Assentamento Colônia I é formado por 24 famílias, as áreas dos lotes variam de 16,5 a 24 hectares, sendo de 560,5 hectares, a área total do assentamento. Desse total 3,4 hectares foram destinados para uso coletivo e 159 hectares correspondem à área de preservação permanente. Para cada lote foi destinada a área de reserva legal.

Dentre as demandas dos assentados, sobretudo no que se refere aos mecanismos e “exigências” advindas das políticas de crédito instituídas pelos organismos governamentais de Reforma Agrária-INCRA/MDA, e na intenção de assegurar legitimidade e principalmente criar mecanismos que permitam a “segurança” e o “controle” dos recursos repassados por meio de financiamento para viabilizar a produção de alimentos, nos assentamentos, é criada no mesmo ano de 1996 a Associação dos Produtores do Projeto Colônia I- APPC³⁴.

A APPC tem como objetivos: “realizar a organização social, a captação, distribuição e o controle do crédito rural da época-O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária-PROCERA, prestar assistência, defender e representar legalmente a comunidade junto aos órgãos competentes”. Nesse espectro onde a composição da associação passa pelo viés machista do capital, “nem as mulheres dos sócios nem os jovens podiam participar da diretoria”.

As práticas produtivas adotadas, no Colônia I, na sua primeira experiência de aplicação de recursos financeiros do PROECERA, não foram diferentes do que normalmente se adota país afora, ou seja uma nítida fragilidade de procedimentos, que se configura pela padronização das culturas a serem implantadas, a convencionalidade dos conhecimentos e da assistência técnica, uniformização do solo, desconsideração das relações familiares e de trabalho, enfim prevaleceu o modelo padrão dos programas de créditos destinados para os assentamentos e para produtores familiares.

Mediante orientação da assistência técnica, todos parceiros adotaram um mesmo módulo de produção de cana-de-açúcar, capim, mandioca e criação de gado de leite. Como o esperado, nem a produção nem crédito viabilizaram melhorias para a comunidade, pelo contrário, gerou conflitos, dívidas e frustrações. Essa situação é exemplificada por um dos assentados, quando o mesmo fala sobre o Programa, “o certo seria fazer uma previsibilidade técnica

³⁴ A Associação dos Produtores do Projeto Colônia I, será mencionada daqui para frente como APPC- Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Colônia I

naquela terra, o quê que pode ser plantado ali, o quê ela produz, dentro do que se produz, vai ver o qual comércio absorve"..."(José Firmino, assentado do Colônia I).

Em 2001 por meio do Programa Nacional de Geração de Renda-PRONAGER foram formados grupos para o trabalho coletivo, sendo tomadas algumas iniciativas de caráter organizativo e gerencial, formação de cooperativas, a partir da execução de projetos de suinocultura, piscicultura, criação de galhas, produção de defumados e plantio de maracujá. Nesse Programa foram ministrados cursos voltados para produção de composto, produção de mudas, administração e gerenciamento do viveiro florestal comunitário, curso de cooperativismo, curso de horta orgânica, elaboração de projeto, oficinas de artesanatos e produção de brinquedos com uso de lixo reciclado.

Segundo constatado no Diagnóstico Rural Participativo realizado na comunidade, alguns fatores foram responsáveis pelo insucesso do Programa, como, a precária assistência técnica, a deficiência no processo de capacitação, inabilidades para algumas atividades coletivas e os problemas de escoamento da produção.

Sobre a fragilidade na implementação do PRONAGER, explicita um dos assentados

"...foi até que chegou o curso que nós fizemos que é esse do PRONAGER, eu por exemplo, defumar eu pratiquei muito, defumei muita carne, eu sozinho não tinha recurso, até pra você vender não tinha jeito de você colocar no supermercado, porque você não tinha uma documentação legal no registro ..." (Rui Barbosa, Colônia I)

Outro fator associado aos problemas da produção está relacionado a problemas da falta de chuva, dificuldades de organização da comunidade, coincidência da produção com a elevação das safras na região, com consequente redução do preço dos produtos e dificuldades no transporte da produção.

Sobre a situação e resultados das ações produtivas, quando indagada sobre esse processo, a fala de uma moradora "...bem, não ajudou tanto por causa da água, né, por causa disso, ele (o esposo) colocou o dinheiro todinho na terra e depois não teve como arrecadar o dinheiro novamente, né." (Liliana, moradora do Colônia I).

Os depoimentos dos assentados referentes aos resultados das iniciativas e de tomada de crédito por meio dos programas oficiais só vêm reforçar a necessidade do aprofundamento da análise e avaliação dos métodos e procedimentos adotados para a liberação dos recursos financeiros, que perpassa pelo aprimoramento dos critérios técnicos, a partir de estudos de viabilidade, adoção de indicadores sócio-ambientais, assistência técnica inserida em toda a cadeia produtiva, regulamentação dos produtos e implantação de medidas que assegurem agregar valor aos produtos orgânicos.

Portanto, a produção familiar e a diversificação das atividades sócio-econômicas nos assentamentos rurais prescinde de políticas públicas diferenciadas, sobretudo, no que diz respeito não reproduzir os modelos e práticas adotadas na produção convencional, por meio de instrumentos que possibilitem reconhecer e valorar os serviços ambientais prestados pelos produtores familiares.

4.2 Caracterização sócio-ambiental

A região onde se localiza o Assentamento predomina o relevo acidentado, com a ocorrência de escarpas de morros e montanhas, de vegetação remanescente do cerrado, como também gramíneas e vegetação rupestre, que proporciona uma beleza cênica peculiar ao lugar. Esses lugares que apresentam maiores declividades, e são considerados ambientes de maior fragilidade e susceptibilidade a processos de degradação ambiental, foram destinados a Reserva legal do assentamento, correspondendo a 159 há.



No entanto, face aos sistemas de produção agropecuária adotados no período anterior à desapropriação das terras destinadas ao assentamento, propiciou-se a perda de boa parte da vegetação nativa³⁵, a redução da biodiversidade, o desencadeamento de processos erosivos, a degradação das áreas que eram destinadas a pastagens, a retirada de madeira das matas ciliares com impactos negativos às nascentes e aos recursos hídricos.

³⁵ Segundo algumas estimativas relatadas nos documentos pesquisados, cerca de 70 % da área está alterada.

Tais fatores devem-se a pouca vegetação protegendo o solo e a construção da estrada principal que liga o assentamento à cidade de Padre Bernardo. A falta de vegetação nativa na área vem provocando impactos diretamente relacionados aos recursos hídricos e ao abastecimento do lençol freático, uma vez que a ausência de cobertura vegetal e a compactação impede sua penetração no solo. Contribuindo para a formação de enxurradas responsáveis pelas erosões na localidade.

Outro fator negativo diz respeito à construção da estrada GO 425, que liga Brazlândia a Padre Bernardo, sem o devido planejamento, como a falta de instalação de obras de contenção, como as bacias e canais de escoamento e reflorestamento das áreas de empréstimos e margens da estrada, contribuindo para agravar os processos erosivos já mencionados acima.

Ainda referente a herança deixada pelo modelo de produção perverso aos recursos ambientais existentes no local, há pelo manejo inadequado dos rebanhos, efetivados pela criação extensiva de bovinos, causando a compactação e perda da fertilidade do solo, desmatamentos, o uso do fogo para a “renovação” de pastagens, e o comprometimento dos recursos hídricos. Não há rios ou córregos cortando o assentamento. A existência de algumas nascentes nas áreas de preservação permanente não assegura o abastecimento de água potável e o seu uso na produção, visto a sua localização predominante nas áreas de maior declividade em altitudes inferiores às áreas cultivadas.

Com vistas a resolver a situação de precariedade no abastecimento d’água para as famílias, e visto o pouco apoio financeiro por meio do crédito de instalação, concedido pelo INCRA, muitos assentados construíram cisternas para assegurar o fornecimento d’água a suas casas e assegurar a irrigação dos plantios.

Percebe-se que há na comunidade algumas iniciativas voltadas para a destinação adequada e aproveitamento do lixo, e, nesse sentido existem relatos que afirmam:

"alguns terem construído buracos onde o mesmo é jogado e queimado, outros reciclam, armazenam e levam para a cidade, e alguns aproveitam os restos de comida depositando-os em árvores ou produzindo os compostos orgânicos para o plantio em seus lotes" (Bôas, relatório PIBIC, 2003).

Por outro lado, nesse período constata-se uma frustração, a medida que alguns dos moradores vão vender sua mão de obra nas propriedades rurais vizinhas ou mesmo nas cidades do entorno, como consequência do insucesso das ações produtivas apoiadas pelas iniciativas governamentais, teoricamente voltadas para promover as mudanças e assegurar melhorias nos serviços básicos e de melhorias de vida dos assentados.

Visto as experiências adquiridas no desenvolvimento das atividades produtivas no ano de 2001, os associados e os diretores percebem a necessidade de implementar mudanças e inserir novos critérios em sua organização social, inicialmente voltado para fortalecer o cooperativismo, e buscar o fortalecimento institucional da Associação.

4.3 Fortalecimento institucional, parcerias e os avanços para a sustentabilidade do PA.

A estratégia de fortalecimento da APPC está diretamente vinculada à visão de ampliar a representação política dos assentados junto aos órgãos gestores de políticas públicas e de programas governamentais. Nesse sentido, são buscadas novas parcerias, e o diálogo com outras instituições que tenham experiência na implementação de processos sócio-educativos-ambientais.

No período de 1999 a 2001, por meio de uma parceria entre o GTRA/UNB, Embrapa Cerrados, INCRA, e o Instituto Interamericano para a Cooperação na Agricultura-IICA foi realizado sob a coordenação do GTRA e da Faculdade de Educação da UNB, o Curso de Extensão e Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos de Reforma Agrária- EDUCAMP³⁶, sendo que o diálogo entre essas instituições e as famílias assentadas possibilitou a capacitação de dois moradores do assentamento Colônia I.

Como resultado da metodologia adotada no curso, que permitiu disseminar os conhecimentos e a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos, promovendo a discussão e o levantamento sócio-ambiental do assentamento, foi possível visualizar saídas e a implementação de ações com vistas a incrementar a produção, a recuperação de áreas degradadas e a diversificação das atividades produtivas por meio de tecnologias e práticas conservacionistas³⁷.

Outros aspectos que configuram amadurecimento da comunidade estão diretamente relacionados às parcerias entre os assentados e instituições de apoio

³⁶ O curso tem como finalidade capacitar os assentados segundo as premissas fundamentais do desenvolvimento sustentável, produção associada à conservação da biodiversidade, distribuição justa de renda e benefícios gerados, segurança alimentar e planejamento participativo.

³⁷ O uso de práticas conservacionistas para a produção de alimentos, requer a adoção de insumos naturais, como adubos orgânicos, controle de pragas e doenças, e a adoção de medidas de prevenção e de proteção do solo, à vegetação e aos recursos hídricos.

e capacitação de monitores, por meio do curso EDUCAMP, e à ampliação do diálogo junto a outras instituições, com vistas a promover e desencadear processos nas áreas de formação e produção sustentada.

Nessa dimensão onde a participação dos atores locais acontece sob a ótica da interdisciplinaridade das ações desenvolvidas, a educação ambiental com já mencionado, permeia os projetos em desenvolvimento nessa localidade, o que demonstra ser uma ferramenta de extrema importância na implementação de processos do desenvolvimento sócio-ambiental na região.

“A educação ambiental é um campo aberto ao trabalho interdisciplinar necessário à construção do conhecimento coletivo, que consegue integrar atores sociais, natureza e cultura, instrumentalizando a ação transformadora” (Martins,1993).

Nas recomendações da Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, CEI, 1977, são definidos alguns critérios e objetivos para subsidiar a adoção de políticas e ações voltadas para enfrentar a complexidade dos problemas ambientais causados pelas sociedades contemporâneas. Um objetivo fundamental da educação ambiental, conforme aquela conferência é “lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio ambiente criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais, e da gestão da qualidade do meio ambiente” (Tbilisi, CEI, 1977).

A educação ambiental tornar-se um instrumento para incrementar os processos produtivos sustentáveis e a diversificação das atividades nos assentamentos que dispõem de potencialidades naturais, possibilitando aos atores locais ampliar seus conhecimentos referentes a sua inter-relação com o meio, contribuir na sensibilização dos agricultores e população do entorno para os trabalhos de prevenção e cuidados com o ambiente, possibilitando aos mesmos a

agregação de valores sócio-ambientais, sensibilizando-os para que se posicionem como sujeitos do desenvolvimento local.

Nesse sentido, a educação ambiental possibilita a mudança de comportamento dos envolvidos no processo, onde poderá ser valorizada a conservação dos recursos naturais existentes nas suas localidades, aperfeiçoando os mecanismos de parcerias locais, a participação comunitária, o gerenciamento de empreendimentos, o controle, a regulamentação e a gestão dos recursos naturais de “uso comum”, numa perspectiva do compromisso permanente desse atores em torno de um projeto turístico sustentável e de longo prazo.

Os avanços obtidos desse processo se configuram pela mobilidade sócio-educativa, que ampliam as expectativas de vida e a participação das famílias assentadas, nos seus espaços de inserção cidadã, ao mesmo tempo que cresce a visão estratégica de conciliar suas atividades produtivas com o manejo adequado dos recursos ambientais, numa perspectiva de atuação integrada, aumentando sua ação territorial, por meio de ações de maior inserção e proteção da APA do Descoberto. Constatata-se uma percepção holística de atitudes. “Atitude holístico-ecológica/negação do antropocentrismo³⁸,

atitude de abertura e de inclusão irrestrita que propicia uma cosmovisão radicalmente ecológica (de panrelacionalidade e re-ligaçāo de tudo); ajuda a superar o histórico antropocentrismo e propicia cada vez mais singulares e ao mesmo tempo solidários, complementares e criadores (Boff, 2004, pg. 56).

Nesse processo é visível o fortalecimento da organização dos assentados. Por exemplo, após o curso anteriormente mencionado, os dois alunos do assentamento do Colônia I foram eleitos para ocupar cargos da

³⁸ A palavra Antropocentrismo é de origem grega, significa “doutrina ou modo de ver antropocentrícos - que considera o homem como fato central ou mais importante do universo” (Michaelis: pequeno dicionário da língua portuguesa, 1998).

diretoria da APPC: Um como presidente, João Batista Ribeiro, outra como 1ª secretária, Márcia Dias Rocha foi eleita.

Nesse sentido cresce a mobilização entre os associados da APPC, com o intuito de promover a reformulação do estatuto dessa organização, com vistas a ampliar seu espectro de atuação. Em 30-06-2002, em Assembléia Geral Extraordinária, foram alterados os artigos 4 e 28 do mesmo, que passam a ter a seguinte redação:

Art.4° - Todos os produtores assentados no Projeto Colônia, podem inscrever-se como sócios da APPC.

Art.28° - As eleições para renovação da Diretoria e do Conselho Fiscal serão realizadas anualmente no dia 18 de maio, data fundação da entidade, sendo os eleitos expressados perante a mesma Assembléia Geral que os elegeu.

No Art.4°, onde se lê produtor passa a incluir mulheres e filhos de produtores maiores de dezoito anos por direito de votar e ser votado.

No Art.28°, onde se lê eleição anual da Diretoria e Conselho Fiscal, passa a ser bianual.

No mesmo ano, por meio de mais uma reformulação do estatuto, percebe-se o crescimento político e organizativo da APPC, cujos objetivos na sua criação eram : “captação, distribuição e controle do crédito rural”, sendo os mesmos redefinidos no em Assembléia Ordinária, realizada em dezessete de novembro de dois mil e dois, e tem sua finalidade alterada no Art. 1º, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º- A Associação dos Produtores do Projeto Colônia I - APPC, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no assentamento Projeto Colônia, Município de Padre Bernardo - GO, e foro de Padre Bernardo, com tempo de duração indeterminado, é constituída para fins de orientação, união, assistência, defesa e representação legal dos assentados.

Alterou-se esse artigo para acrescentar aos objetivos da Associação os seguintes fins de interesse público:

. Planejar e executar parcerias com o poder público e entidades privadas no sentido de recuperar, conservar e defender as áreas de preservação permanentes definidas em lei existentes na área de Proteção Ambiental do Lago Descoberto.



Reserva Legal PA – Colônia II

.Desenvolver trabalhos de Educação Ambiental e Cooperativismo do Assentamento Colônia I, no território da APA do Descoberto e em outras regiões no sentido de incentivar e apoiar a conservação e recuperação de APP³⁹, nascentes, córregos, veredas, topo de morros, encostas, e na criação e conservação de reservas legais⁴⁰.

³⁹ Código Florestal Código Florestal criado pela Lei Federal nº 4.771/65, At. 1º e 2º- estabelece como Áreas de Preservação Permanente -APPs, os topos de morros, área com declividade superior a 45º, as margens dos mananciais e dos lagos, as nascentes e áreas do entorno.

⁴⁰ Reserva Legal- prevista no Código Florestal criado pela Lei Federal nº 4.771/65, na região Centro-Oeste, “obriga” a destinação para esse fim de 20% da área total das propriedades rurais .

Desenvolver por meio de parcerias com o poder público e com a iniciativa privada, projetos de desenvolvimento econômico sustentável dentro do assentamento Colônia I e da APA do Descoberto, incentivando e apoiando atividades como: artesanato, turismo rural, educação ambiental, lazer ecológico, produção de produtos caseiros (doces, temperos, conservas, polpas, agricultura orgânica, viveiros medicinais, florestais e ornamentais dentre outras atividades.

. Promover e participar de eventos, encontros, seminários, palestras, cursos e outras atividades que possibilitem troca de informações e parcerias com outros assentamentos, com administração de outras unidades de conservação, com universidades, com órgãos de apoio técnico e outras instituições ou organizações sociais de âmbito local, estadual e federal no sentido de disseminar a consciência ambiental e cooperativa, bem como viabilizar o desenvolvimento econômico sustentável.

É visível a ampliação do espectro sócio-político-econômico de atuação das famílias assentadas, como visto acima, na reformulação do estatuto. Dentre eles, os mecanismos criados para garantir uma maior participação dos moradores, fortalecimento interno, trocas de experiências, parcerias e diversificação de atividades concebidas na ótica da sustentabilidade.

A partir da inclusão da previsão de compromissos dos assentados do Colônia I, na adoção de medidas voltadas para a recuperação de áreas degradadas e a proteção dos recursos hídricos na APA do Descoberto, tem se estabelecido o diálogo entre a Associação e a Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para implementar parcerias no âmbito do Programa de Medidas Alternativas aplicado aos infratores dos crimes ambientais praticados no DF.

A história desse processo tem sua origem na parceria implementada entre os moradores do assentamento e o GTRA/UNB, a partir da realização do curso de extensão EDUCAMP, que resultou na realização de diagnóstico ambiental, ações de capacitação e formulação de projetos sustentáveis para a comunidade.

Em meados de 2002, a APPC em parceria com outras instituições⁴¹ concorre ao Edital Prêmio Petrobrás e Universidade Solidária, com o projeto “Educando para a Sustentabilidade: Hortas Orgânicas e Viveiro Florestal Comunitário como instrumentos de recuperação e preservação ambiental, de organização social e geração de renda para as famílias do assentamento.

O projeto tem como objetivo: viabilizar as condições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, através da capacitação dos assentados, no sentido de construir conhecimentos e desenvolver as habilidades necessárias para trabalhar na recuperação de áreas degradadas; organizar a produção com técnicas de menor impacto ambiental; otimizar a utilização dos recursos hídricos disponíveis; reaproveitar os resíduos orgânicos e incrementar a geração de renda a partir da venda de mudas e dos excedentes da produção orgânica.

Com a aprovação desse projeto doze famílias das vinte quatro famílias do assentamento, em fevereiro de 2003, fundaram o Grupo Vida e Preservação, que tem por objetivo “a promoção de o desenvolvimento sustentável por meio da capacitação dos agricultores para a comercialização da produção orgânica e o viveiro florestal como instrumento de recuperação de áreas degradadas do assentamento” (Projeto Educando para a Sustentabilidade).

A organização das famílias assentadas em torno desse Grupo tem possibilitado o desenvolvimento de experiências na implementação de processos coletivos, que buscam a sustentabilidade, como a adoção de práticas voltadas para o alcance de avanços e melhorias sócio-ambientais no assentamento.

Nesse sentido são desenvolvidas várias ações, como a capacitação dos assentados para a implementação de sistemas ecológicos e a adoção de práticas sustentáveis, como a produção de compostos orgânicos, a construção da horta e

⁴¹ Instituições que participam dessa parceria: UNB, Embrapa-Cerrados, Emater-DF, INCRA SR/28.

o viveiro florestal comunitário⁴², as coletas de sementes de espécies nativas, o plantio de mudas nas áreas de maior declividade e próximas às nascentes.

A produção de produtos orgânicos leva o Grupo Vida e Preservação a adotar estratégias de produção e comercialização. A produção da horta comunitária tem como premissas a diversificação de plantios, a melhoria da qualidade e a oferta de produtos. Nesse sentido, são planejados os plantios obedecendo os ciclos das plantas cultivadas na horta, como, alface, salsa, rabanete, cenoura, beterraba, couve, pepino, vagem, tomate e pimentão.

Em torno dessa experiência cresce entre os assentados o caráter participativo na implementação das ações sócio-educativas desenvolvidas no assentamento, bem como o planejamento das mesmas constitui-se em ferramenta a ser utilizada para viabilizá-las. O Grupo vive um novo desafio, o da comercialização e busca saídas e o seu fortalecimento junto aos parceiros.

Os produtos oriundos da horta coletiva são comercializados nos pontos⁴³ articulados e negociados junto aos parceiros do projeto. Sendo também comercializados nesses locais, outros produtos de parcelas individuais de agricultores orgânicos, como a mandioca já descascada, quiabo, chuchu, limão, maracujá, feijão preto, batata doce, jiló, acerola, batata baroa, cana, milho verde, maracujá doce, mostarda, brócolis, taioba, rúcula, frango caipira, ovo caipira, jurubeba, espinafre, e frutos do cerrado, como o pequi e o araticum.

⁴² No viveiro florestal são produzidas espécies frutíferas e outras a serem utilizadas para o reflorestamento, como maga, café, uva, genipapo, ipê, paud'óleo, angico, tamboril, tinguá-sabão, ingá.

⁴³ Os pontos de venda estão localizados: na entrada do INCRA Nacional-Palácio do Desenvolvimento, na ala norte da UNB, na Universidade Católica e estacionamento do Ministério do Meio Ambiente.



Colheita de produtos orgânicos

Constituem-se em exemplos de avanços e benefícios alcançados pelo projeto a criação da comissão voltada para garantir a comercialização dos produtos orgânicos, a disseminação de práticas ecológicas e a participação de outras famílias, que possibilitou dar visibilidade aos produtores e ao assentamento, assim como o fortalecimento da organização comunitária e de sua representação política junto à sociedade.

Portanto, o desenvolvimento desse projeto coletivo e a sua gestão por meio de premissas sustentáveis têm contribuído para fortalecer o cooperativismo, a solidariedade entre os moradores, apontando uma perspectiva de futuro, focada no âmbito do “desenvolvimento local sustentável”, a ser implementado mediante processos que se configuraram em mudanças intrínsecas às comunidades locais, assim como busca a geração de benefícios locais e coletivos.



Horta Comunitária PA – Colônia I

Desenvolvimento local sustentável é um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais (Buarque, 2002, pg. 25).

Com vistas a incrementar o projeto de produção orgânica e viveiro comunitário desenvolvido pelo Grupo Vida e Preservação, a APPC a partir do final de 2003, articula em parceria com o GTRA/UNB e Embrapa Cerrados, o apoio financeiro do projeto Conservação e Manejo da Biodiversidade do Bioma Cerrado -CMBBC⁴⁴. No âmbito desse projeto a APPC está desenvolvendo o projeto,

⁴⁴ O projeto CMBBC vem sendo desenvolvido desde 1997 pela Embrapa Cerrados-DF, em parceria com os departamentos de Engenharia Florestal e Botânica da UNB, o IBAMA, o Jardim Botânico de Edimburgo -RBGE, a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos -FINATEC o Department for International Development- DFID e a Agência Brasileira de Cooperação-ABC-MRE.

“Educando para a Sustentabilidade: Conservação e Manejo Sustentável do Bioma Cerrado no Assentamento de Reforma Agrária Colônia I, APA Federal do Lago do Descoberto”. Dentre às atribuições previstas às instituições que compõem esse projeto, constituem-se em atividades a serem desenvolvidas pela APPC:

. Produção e manutenção de mudas destinadas à recuperação de áreas degradadas, da Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente.

. Construção de um espaço comunitário de multi-uso, onde possam ser recebidos os visitantes e compradores dos produtos do assentamento e onde possam ser realizadas reuniões, cursos e outras atividades sócio-culturais.

Esse projeto se caracteriza pela organização dos espaços produtivos e retrata a mobilização das famílias assentadas nessa localidade, na perspectiva de viabilizar os processos de fortalecimento institucional e político de sua organização, assegurando a participação comunitária, dando visibilidade às práticas de produção sustentável, bem como na adoção de ações voltadas para a preservação e ao manejo sustentado dos recursos naturais.

5. Metodologia

Trabalhar a pesquisa sob o prisma do desenvolvimento local sustentável que perpassa a realidade agrária do país e do Estado de Goiás, decorre do interesse de investigação com vistas a refletir o contexto sócio-político-econômico local, passando pelo entendimento do processo histórico da estrutura fundiária nacional, e sua influência na formação ideológica da classe dominante aponderada pelo latifúndio, como também analisar o processo de resistência e conquistas dos trabalhadores rurais sem terra, que ao longo de décadas foram excluídos do modelo de desenvolvimento regional.

Nessa linha espera-se aprofundar a reflexão onde as ações, os estudos e a reflexão dos processos pressupõe a adotar a interdisciplinaridade, considerando as mudanças intrínsecas ao movimento e organização de uma comunidade em busca da consolidação de um projeto sócio-político-econômico sustentável.

“A realidade é uma totalidade em permanente movimento, a lista das disciplinas que participam da elaboração de um enfoque interdisciplinar está sempre mudando e isto se faz tanto por razões científicas como por motivos ligados ao julgamento do pesquisador” (Santos, 1980, pg. 117).

Estudar a realidade, “significa responder as indagações prementes em um dado momento. É em busca dessas respostas, que a ciência se desenvolve e varia” (Ferreira, 1998, pg. 59).

Como já mencionado o estudo de uma realidade requer o envolvimento interdisciplinar dos temas a serem analisados e o princípio da multiplicidade dos atores envolvidos no processo de organização coletiva de uma comunidade, acrescida a esse aspecto há de se considerar o interesse pelo tema de quem se propõe a investigá-lo, por meio de identificação profissional e interesse pessoal pelo assunto, com vistas a contribuir para o planejamento das atividades mediante as premissas do desenvolvimento sócio-ambiental da área de estudo.

O projeto de pesquisa ora apresentado está referenciado no conjunto de iniciativas já desenvolvidas e em desenvolvimento e buscará contribuir para o planejamento de uma atividade turística, nos Projetos de Assentamentos PA - Colônias I e II, tendo como premissas, a reflexão dos conceitos elaborados do turismo sustentável - o ecoturismo, “Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente promovendo o bem estar das populações envolvidas” (Embratur, 1994). Ou mesmo o “turismo responsável”, referenciado em recente publicação do WWF Manual de Ecoturismo de base Comunitária: “Turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para essas e para as áreas relevantes para a conservação”.

Espera-se com esse trabalho fornecer subsídios para a reflexão e para o amadurecimento dos processos participativos construídos a partir das experiências produtivas desenvolvidas pelos assentados, por meio dos projetos e ações desenvolvidas em suas áreas com apoio e assessoria de docentes e alunos da Universidade de Brasília-UNB, que integram o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária – GTRA/DEX, tendo como marco referencial os processos organizativos e produtivos já existentes nos Projeto de Assentamentos Rurais- PAS –Colônia I e Colônia II.

Portanto, a pesquisa é realizada a partir dessa abordagem, e no contexto de fortalecimento da Organização dos assentados, que por meio da implementação de parcerias busca o seu fortalecimento e a consolidação de processos produtivos sustentáveis, contrapondo a lógica de dominação capitalista e o modelo de desenvolvimento adotado no país, calcado na concentração da propriedade da terra, espoliação dos recursos naturais e exclusão social.

A escolha dos temas e indagações realizadas nas entrevistas com os moradores dos dois assentamentos surgiu da percepção por meio do diálogo com alguns moradores desses assentamentos, onde demonstraram o interesse de

implementarem parcerias com vistas a viabilizar atividades conjuntas de ecoturismo e potencializar as ações afins e projetos em curso. Sobretudo no Colônia I, onde eventualmente as famílias assentadas já recebem para visitação grupos de estudantes da UNB, interessados em conhecer a produção da comunitária da horta e do viveiro florestal, a adoção de práticas sustentáveis, como a produção de, biofertilizantes⁴⁵, foto abaixo, e a produção do composto orgânico, o reflorestamento de áreas degradadas por meio do plantio de espécies nativas consorciado com leguminosas, e a produção do adubo natural a partir do aproveitamento de dejetos animais e vegetais- o composto orgânico.



Preparo de Biofertilizante

⁴⁵ Biofertilizantes são efluentes produzidos por meio da mistura de leite, açúcar e esterco animal, que após um tempo de maturação é diluído em água, utilizado na adubação (rico em nitrogênio) e no controle de pragas e doenças das plantas.

Numa primeira etapa da pesquisa, foi feito a análise dos projetos⁴⁶ e relatórios produzidos pela equipe que compõem o GTRA/UNB que atua junto às famílias do assentamento Colônia I. Esses documentos foram importantes para a compreensão do estudo e contribuíram para nortear os temas abordados na pesquisa de campo.

Alguns depoimentos referentes às ações e projetos em desenvolvimento e a expectativa de incrementar os processos sustentáveis, reforçam o interesse pela realização dessa pesquisa, tais como:

Com apoio do presidente da APPC, foram realizadas algumas visitas técnicas aos assentamentos e a partir de então se estabeleceu o diálogo com a comunidade dos assentamentos Colônia I e Colônia II, onde foi demonstrado o interesse e abertura para a discussão e reflexão referente às possibilidades de incrementar os processos produtivos e desenvolver atividades ecoturísticas, visto as especificidades e potencialidade existentes nessas localidades.

Um dos maiores problemas enfrentados pelos assentamentos é exatamente a dificuldade para a organização de pessoas com interesses afins e para a prática participativa. As estratégias para que haja envolvimento dos atores sociais na elaboração e implementação do planejamento local precisam estar sincronizado com as condições específicas da região considerada (SILVA, 2000).

Para proceder a investigação por meio de questionário semi-estruturado a contendo 16 perguntas (Anexo A), com vistas a levantar a percepção dos moradores sobre as atividades ecoturísticas, e identificar alguns aspectos referentes aos benefícios sócio-ambientais, participação da comunidade, fortalecimento do processo organizacional, fragilidades, preocupações com a

⁴⁶ Foram consultados os projetos desenvolvidos pela APPC, em parcerias com outras instituições, tais como o Educando para a Sustentabilidade, coordenado pelo GTRA/UNB, com o apoio financeiro da Petrobrás/Universidade Solidária; Projeto Conservação e Manejo Sustentável do Bioma Cerrado no Assentamento apoiado pelo CMBBC-Embrapa Cerrados/GTRA-UNB, e os relatórios feitos pelos alunos que participam do GTRA/UNB em apoio, assessoria ao PA Colônia I.

implementação do ecoturismo e a continuidade do diálogo das comunidades entre si e com técnicos e instituições parceiras.

Os temas e questões abordadas no questionário foram estruturadas em perguntas diretas, opcional e indagações com alternativas de respostas, divididas em três blocos:

O primeiro A)- Dados do Entrevistado, relacionado aos aspectos voltados para o reconhecimento e situação pessoal dos moradores, sendo as abordagens referentes a participação dos assentados, nos processos de que deram origem aos assentamentos, escolaridade, atividades trabalhadas e inserção sócio-ambiental.

No bloco B)- O Turismo e o ecoturismo, procurou-se levantar a percepção e o entendimento pessoal dos entrevistados referente ao turismo e ecoturismo.

No último bloco C)- A comunidade ainda não trabalha com o ecoturismo. Esse bloco de perguntas foi pensado para coletar dados e informações que poderão possibilitar o incremento, dos projetos produtivos, dos trabalhos já desenvolvidos pelos assentados na recepção e condução de grupos de alunos visitantes, bem como potencializar as práticas sustentáveis desenvolvidas, sobretudo subsidiar o planejamento sistêmico das atividades realizadas pelas famílias assentadas, assim como contribuir para a incorporação a esse processo, as atividades ecoturísticas, com vistas a ampliar a diversificação das atividades na perspectiva do crescimento sócio-ambiental, e inseridas numa visão estratégica de desenvolvimento local sustentável.

A aplicação do questionário foi realizada no total de 11 pessoas, sendo 6 entrevistados do Assentamento Colônia I e 5 do PA Colônia II. Visto a significativa inserção dos homens e mulheres que atuam nos trabalhos desenvolvidos, as perguntas não se limitaram apenas aqueles que trabalham nos projetos coletivos, ainda que 5 dos entrevistados do assentamento Colônia I fazem parte do Grupo e Vida e Preservação, formado por 12 famílias que desenvolvem o projeto “ Educando para a Sustentabilidade: Hortas Orgânicas e

Viveiro Florestal Comunitário". Todos os entrevistados participam da Associação dos Produtores do Projeto Colônia I- APPC.

Quanto aos 5 assentados do PA Colônia II, 3 são produtores orgânicos, os outros 2 depoimentos são de moradores que desenvolvem atividades produtivas convencionais, sendo que um tem suas atividades voltadas para o cultivo de frutíferas, horta e a criação de animais e outro entrevistado tem suas atividades voltadas para a criação de animais de pequeno porte. Todos são sócios da Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Colônia II.

Nos dois assentamentos não houve um planejamento prévio para a aplicação do questionário, sendo o mesmo aplicado conforme as indicações dos próprios moradores, o interesse e a disponibilidade de tempo dos assentados para o diálogo, no momento das visitas aos assentamentos.

O tempo de duração da aplicação dos questionários durou em média 50 minutos, e buscou-se agregar informações pertinentes aos temas abordados nas entrevistas, considerando as observações dos assentados quanto aos problemas referentes a problemas de infra-estrutura, como a necessidade de buscar soluções para o abastecimento de água potável, e a preocupação levantada por alguns assentados, no sentido de ampliar a conscientização e o desenvolvimento do trabalho de educação ambiental junto a produtores hortifrutigranjeiros que são abastecidos a montante, pelo mesmo córrego que forma as cachoeiras do Colônia II, bem como foi abordado a necessidade de estende-lo ao povoado de Monte Alto e à comunidade de Padre Bernardo.

Enfim, o que se espera com a organização metodológica da pesquisa e desse trabalho como um todo, é de fato contribuir no processo de reflexão dos assentados, e por meio da participação comunitária e do engajamento das famílias assentadas incrementar as iniciativas de diversificação e consolidação de processos sustentáveis, e identificar no ecoturismo uma alternativa sócio-ambiental viável.

6. Apresentação e discussão dos resultados da pesquisa de campo

Os dados levantados na pesquisa seguem a mesma ordem dos itens apresentados no roteiro, sendo que será apresentado um gráfico para as perguntas de múltiplas escolhas que abordam aspectos considerados importantes para a reflexão da pesquisa. No entanto, na discussão dos resultados serão consideradas outras opções de respostas surgidas no momento das entrevistas. As respostas às indagações que serão mencionadas abaixo, correspondem ao universo de entrevistados (11), independente do local onde reside o entrevistado.

Como forma de contribuir para o enriquecimento da discussão dos resultados da pesquisa serão consideradas as outras opções de respostas surgidas, e argumentos referentes ao temas apresentados durante as entrevistas.

Como já mencionado o primeiro bloco de perguntas trata-se do levantamento de dados para conhecer a inserção de cada entrevistado no seu assentamento e perante a comunidade, como ele organiza sua produção, seu envolvimento na origem do processo de ocupação daquele espaço, e levantar aspectos referente a sua sustentabilidade e a perspectiva de futuro.

Os dados que serão mencionados a seguir se referem às respostas das indagações feitas no roteiro, nesse sentido se constitui numa primeira abordagem quantitativa, sem o aprofundamento qualitativo das respostas.

Em relação à origem dos assentados, dos 11 entrevistados, todos afirmaram ser procedentes do meio rural, sendo que 2 afirmaram ter passado por experiência de trabalho na cidade, um no comércio e outro trabalhou como marceneiro.

Todos os entrevistados são moradores e desenvolvem atividades produtivas no respectivo assentamento, apenas 1 tem a família morando na cidade de Brazlândia.

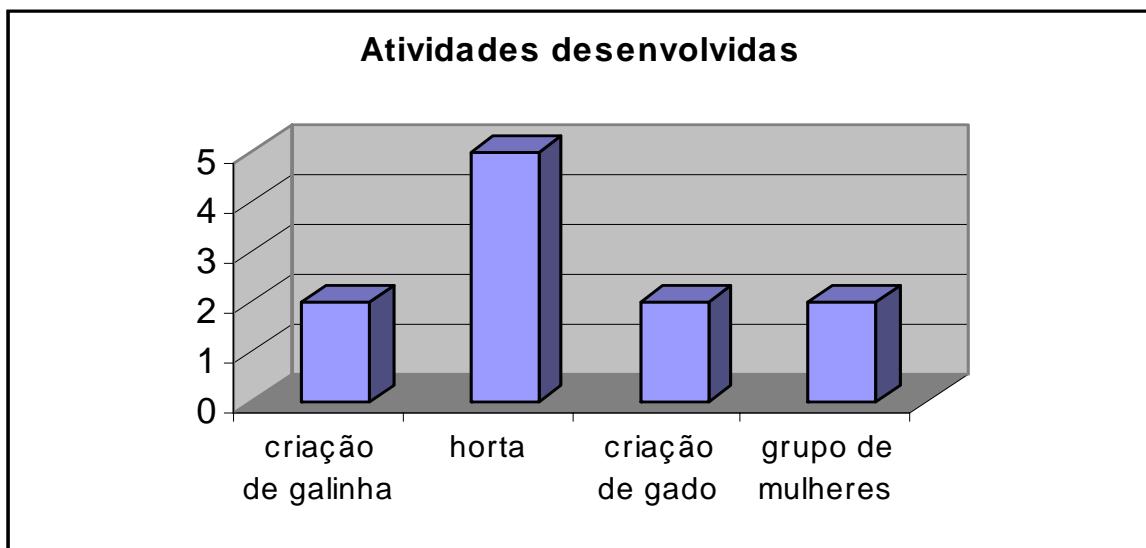
A faixa etária da maioria dos entrevistados varia de 31 a 40 e de 51 a 60, num total de 8, a maioria declarou que estudou até o 1º grau incompleto, e apenas 1 dos entrevistados está cursando o curso técnico. No entanto demonstraram preocupações com a educação⁴⁷ das crianças e dos jovens do assentamento, visto que os mesmos são obrigados a se deslocarem até a cidades vizinhas para estudar.

Com vistas a investir no desenvolvimento das práticas sustentáveis e na capacitação de monitores para atuação junto às famílias assentadas nos assentamentos Colônia I e II, por meio do diálogo entre os assentados e instituições parceiras, 2 jovens do Colônia I, e 1 do Colônia II estão fazendo o curso de “Formação de Técnicos em Agropecuária de Desenvolvimento Sustentável para Assentamentos da Reforma Agrária pelo sistema de alternância e integrado escola-aluno-comunidade, coordenado GTRA/UNB em parceria com a Escola Agrotécnica de Unaí, EMBRAPA, com recursos financeiros do Programa Nacional de Educação em assentamentos do Programa de Reforma Agrária- PRONERA.

Quanto às atividades econômicas desenvolvidas pelos assentados, 44% dos entrevistados são membros do Grupo Vida e Preservação-Colônia I, e desenvolvem a produção orgânica e comunitária de hortaliças e mudas para reflorestamento de áreas degradadas, cerca de 36% desenvolvem a criação de animais (gado, galinha), sendo que 10% correspondem às três mulheres entrevistadas, sendo que dessas duas do PA Colônia I participam do grupo de mulheres, desenvolvendo atividades relacionadas a produção e fornecimento de alimentos orgânicos e naturais, a grupos de visitantes ao assentamento e para encontros/seminários externos. A construção do espaço comunitário apoiado pelo

⁴⁷ A APPC e GTRA e Faculdade de Educação da UNB está discutindo um projeto de criação de uma Escola Familiar Rural em Padre Bernardo.

Projeto-Conservação e Manejo da Biodiversidade do Bioma Cerrado-CMBBC, deverá incrementar as atividades desenvolvidas pelo grupo de mulheres.



A renda obtida pelas atividades econômicas varia de $\frac{1}{2}$ a 01 a salário mínimo⁴⁸, 1 entrevistado manifestou renda superior a 2 salários mínimos.

No segundo bloco as perguntas foram direcionadas a levantar a compreensão e o conhecimento empírico dos assentados referente ao turismo e ao ecoturismo, com vistas a diagnosticar a concepção dos mesmos referentes às variáveis intrínsecas a essas atividades, se e quais estariam sendo mencionadas ou relacionadas com esses temas, bem como pretendia-se diagnosticar se há uma percepção de diferenciação entre as práticas convencionais do turismo, e formas de condução e gestão dessa atividade, outro fator buscado era perceber se há uma compreensão dos entrevistados referente ao aspecto da relação da atividade ecoturística com a geração de benefícios para a comunidade. Esses aspectos serão mais aprofundados na reflexão dos resultados, no próximo capítulo.

Portanto do total dos entrevistados 10 assentados responderam afirmativamente que sabiam o que é turismo, e explicitaram suas compreensões sobre o tema de maneira clara e significativa. Em relação à pergunta se sabiam o

que é ecoturismo, mais de 70% dos entrevistados em resposta afirmativa associaram a atividade com a natureza, e cuidados com o meio ambiente e o restante dos entrevistados não conseguiu verbalizar idéias a respeito da pergunta, o que não significa que não tem idéias de como pode se desenvolver essa atividade.

Referente ao terceiro e último bloco, o foco das perguntas está diretamente relacionado com a comunidade, nos aspectos de mudanças e influências no comportamento dos moradores, geração de atividades novas, benefícios e problemas gerados, preparação da comunidade e cuidados a serem tomados, e aborda aspectos considerados importantes para a atividade, como o planejamento, organização, participação e integração entre os dois assentamentos, aborda questões relacionadas aos atrativos e potencialidades da localidade, parcerias e apoio na implementação das atividades ecoturísticas. Dada a relevância dos aspectos levantados nesse bloco de perguntas, os resultados serão concomitantemente apresentados e analisados no capítulo a seguir.

Um primeiro aspecto que pode ser considerado relevante e contribuir na discussão dos resultados obtidos com a pesquisa é referente à origem rural das famílias assentadas, assim como o fato dos residentes nos dois assentamentos terem originalmente pertencido a um mesmo grupo, que iniciou o processo de luta pela terra desde o ano de 1995, passando juntos pelos acampamentos⁴⁹, e vivenciaram os mesmos desafios desse processo de migração e resistência pela posse da terra.

Portanto, esse componente histórico é um fator de agregação entre os assentados e potencializa os interesses comuns, no sentido da implementação de projetos e atividades econômicas sustentáveis, dentro dos princípios de inserção participativa das comunidades envolvidas.

⁴⁸ Na data da entrevista o valor do salário mínimo era de R\$ 240,00

⁴⁹ A trajetória do movimento realizado pelos trabalhadores sem terra, ocorre desde 1995, passando pelos acampamentos de Água Fria, Barreirinha, em Padre Bernardo, INCRA-Brazlândia, acampamento São Felipe- Flores de Goiás, acampamentos fazenda Imperial e Chapadinha , até os assentamentos atuais em Padre Bernardo.

Em relação às famílias assentadas que permanecem nas suas áreas de origem, ainda que a amostragem dos entrevistados, indique a totalidade morando nas suas respectivas áreas. A situação é diferente quando se analisa o aspecto da posse da terra nos dois Projetos de Assentamento. No Colônia I, permanecem os mesmos proprietários dos lotes, enquanto no Colônia II, do total dos 24 famílias assentadas no início do Projeto, menos de 50% ainda mantêm a posse de suas áreas.

Além dos fatores "externos" como a especulação imobiliária do entorno, a ineficácia das políticas públicas para os assentados, há que se considerar outros fatores que evidenciam a diferença dessas duas realidades. Um diz respeito ao fortalecimento do processo organizativo, que vem contribuindo significativamente para a consolidação das atividades econômicas das famílias do PA Colônia I, onde se percebe a inversão do êxodo rural, ou seja o retorno de mão de obra para as atividades produtivas do assentamento.

Nessa perspectiva a discussão referente ao incremento dos processos em curso e a existência de conflitos específicos em cada um dos assentamentos, deverá ir além dos "interesses comuns", mas sim pelo viés do estabelecimento de critérios participativos, onde os atores locais atua como sujeitos legítimos, nas diferentes etapas da implementação de projetos coletivos, ou seja na concepção, planejamento e execução dos mesmos.

Nesse sentido, deve-se considerar o estabelecimento de alguns princípios relevantes quando se trata de processos participativos e que envolvem parcerias regidas mediante pressupostos discutidos previamente, segundo (Toledo e Mitraud, 2004, pg. 382), a saber:

- . “Reconhecimento dos interesses comuns;
- . Reconhecimento dos interesses divergentes;
- . Representatividade dos interesses;
- . Estabelecimento de compromissos e responsabilidades;
- . Transparências nas tomadas de decisões ;

. Legitimidade nas relações, onde entende-se por legítimas aquelas que são autênticas (que se estabelecem por iniciativas próprias de todos os envolvidos , sem falsa representação), ou que são orientadas por documento legal(por exemplo, contrato).

. Respeito pleno à autonomia dos parceiros, entendendo-se por autonomia, o direito do indivíduo ou do grupo de criar ou escolher a normas e acordos que regem a sua conduta;

. Respeito pleno ao direito de ser escutado e de escutar".

Em relação às atividades econômicas, é bastante representativa a posição assumida pelos produtores orgânicos constatada nos dois assentamentos, que se configuram como catalisadores dos processos, sobretudo por meio das parcerias já implementada pelo Grupo Vida e Preservação que, desde a sua fundação em 2002, vem ampliando as parcerias e permitindo o desenvolvimento de experiências de trabalho coletivo na comunidade e o desenvolvimento de práticas sustentáveis.

A experiência de gestão coletiva, planejamento, contato com a sociedade consumidora de seus produtos e a visibilidade das ações e projetos desenvolvidos no assentamento Colônia I são fatores que se agregam ao amadurecimento de seus moradores na implementação de parcerias e na diversificação de suas atividades produtivas e geradoras de sustentabilidade.

Por meio das entrevistas com alguns moradores do Colônia II, percebe-se que eles valorizam o processo vivido pelos assentados do Colônia I, e reconhecem a importância das parcerias e articulações já desenvolvidas, esse entendimento reforça o interesse de estabelecer parceria com essa comunidade, na implementação das atividades turísticas.

Em relação à percepção dos entrevistados quanto aos conceitos e formulações referente o turismo e ao ecoturismo, as impressões estão ligadas ao lazer, ou associadas aos aspectos referente à natureza. Há que se considerar que as perguntas também não foram "direcionadas" ou aprofundadas para uma abordagem mais ampla que a atividade ecoturística prescinde, como a

participação dos atores envolvidos, gestão, controle, e a geração de benefícios sócio-ambientais. Nesse sentido, a implementação de parcerias e de projetos sustentáveis, requer fundamentalmente o aprofundamento dos aspectos conceituais e metodológicos referentes às ações que serão planejadas.

Quando perguntados se gostariam de ter turistas visitando a comunidade ou região, 100% responderam que sim, para a maioria, o turismo traria renda, mais lazer, mais união, fortaleceria a produção e possibilitaria a troca de conhecimentos. Como se percebe pela fala de um assentado. “Temos visitas de alunos da UNB e podemos passar muitas coisas que sabemos sobre as plantas do cerrado”⁵⁰.

Referente aos cuidados e preparação da comunidade para o desenvolvimento de atividades turísticas, 100% dos entrevistados manifestaram pela necessidade de capacitação e preparação dos assentados para novas atividades, assim como a necessidade de se investir na segurança dos visitantes e dos moradores, a produção e o fornecimento de alimentos saudáveis, desenvolver atividades educativas para evitar lixo nos mananciais, nascentes e cachoeiras.

Em relação a esse aspecto, foi mencionada a importância de se trabalhar junto às escolas do povoado de Monte Alto, bem como desenvolver um trabalho junto às autoridades locais para a devida destinação do lixo. O fato desse local não contar com a coleta e destinação adequada do lixo, o mesmo tem sido carreado para os rios e nascentes existentes no assentamento Colônia II e mediações, por meio da enxurrada causada pelas águas das chuvas.

Foi mencionado por alguns dos entrevistados a importância e a necessidade de realizar trabalhos educativos, junto aos produtores de hortaliças das áreas limítrofes aos assentamentos, sobretudo, no assentamento Colônia II. Alguns desses agricultores estão situados a montante do assentamento, e fazem o uso

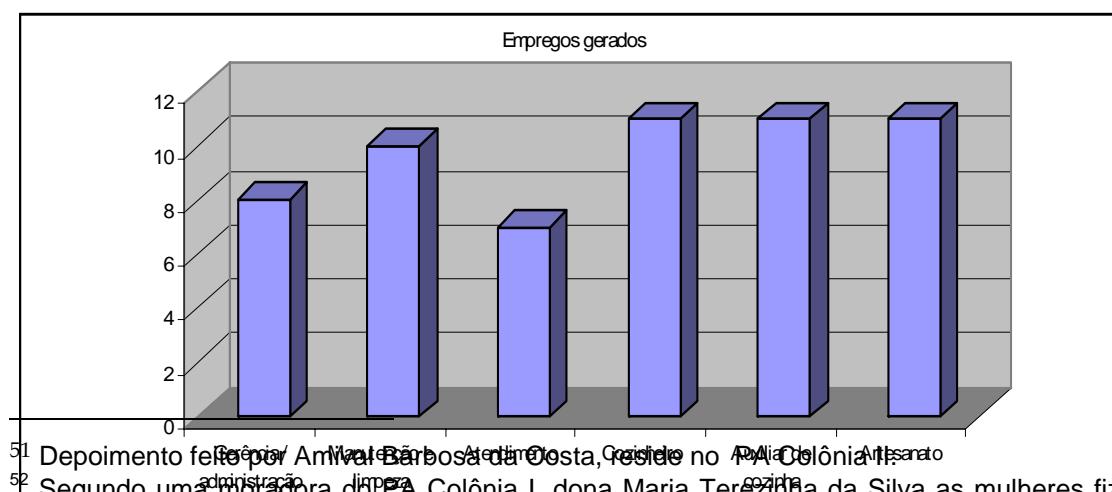
⁵⁰ Afirmação do senhor José Vitorino Barros, residente no assentamento Colônia I.

da água do córrego olho d'água para a irrigação de seus plantios, o mesmo manancial que forma as cachoeiras, principais atrativos turísticos da região.

Demonstrando a necessidade da comunidade se precaver e tomar alguns cuidados para a recepção de visitantes, um dos entrevistados revela que: "O turismo depende de infra-estrutura adequada, de pessoal de apoio como seguranças, guardas e guias, visto que não se pode receber turistas de qualquer jeito"⁵¹.

Quanto aos aspectos relacionados diretamente aos benefícios sócio-econômicos, a totalidade dos entrevistados afirmou que as ações voltadas para o turismo trarão ganhos como a diversificação das atividades, aumento de renda, geração de novos empregos, mais locais para o lazer da comunidade, melhoria da infra-estrutura básica. Aparece na pesquisa uma associação entre a atividade turística e a produção orgânica.

Em relação às atividades/empregos/serviços provenientes da implementação do ecoturismo, 72% dos entrevistados afirmou que atividade geraria emprego referente a gerência e administração. Em relação aos serviços de manutenção e limpeza, responderam 95% dos entrevistados, 63% acredita na geração de atividades nas áreas de atendimento ao turista, para as atividades de cozinheiro(a)-100%, artesanato⁵²-100%, sendo mencionadas outras atividades que poderão ser desenvolvidas como a de segurança e de guias.



⁵¹ Depoimento feito por Amélia Barbosa da Costa, gestora no PIA Colônia I.

⁵² Segundo uma moradora do PIA Colônia I, dona Maria Teresinha da Silva as mulheres fizeram cursos para a produção artesanal utilizando cabaças, confecção de forros de mesa, tapete de linha, e reciclagem de materiais.

Na discussão dos benefícios trazidos pelo turismo, as respostas apontam para os aspectos positivos da atividade tais como, ajudaria na conservação da natureza, no processo organizativo dos assentados⁵³, sendo as repostas acrescidas pelos aspectos do trabalho educativo junto aos moradores e visitantes, uma maior divulgação e conhecimento da produção e do consumo de produtos ecológicos.

Uma parte significativa dos entrevistados afirmou que a atividade poderá contribuir para a permanência⁵⁴ dos assentados, este aspecto levantado pelos entrevistados é um bom argumento para que se possa incrementar as iniciativas de apoio aos projetos sustentáveis, podendo também constituir-se em um forte argumento de discussão junto aos órgãos governamentais, no sentido de sensibilizá-los para a implementação de políticas públicas e programas voltados para a diversificação das atividades sócio-econômicas e sustentáveis nos assentamentos rurais.

Quanto aos problemas surgidos com a implementação do turismo, a grande maioria respondeu que poderiam ser evitados, “se for colocado de forma direcionada junto às escolas, não vejo problema”⁵⁵.

Nesse mesmo item, em outro depoimento, percebe-se a visão estratégica e a visão de planejamento, e a importância de se realizar trabalhos educativos. “Depende do que e como você vai tocar o turismo, se for feito de maneira não agressiva não traria problemas, colocando cartazes educativos nas entradas”⁵⁶.

Foi levantada a possibilidade de desenvolver campanhas e realizar trabalhos educativos para prevenção do fogo no cerrado. Portanto a uma percepção evidente de por meio das atividades turísticas, proporcionar a educação ambiental aos visitantes, e à população local, alertando-a referente à degradação ambiental,

⁵³ Para dona Odália Cardoso dos Santos- presidente da Associação dos Assentados do Colônia II, “se há trabalho, há mais organização”.

⁵⁴Para José Vitorino Barros, morador do assentamento Colônia I, “os maiores benefícios seria a educação e a fixação dos filhos na terra”.

⁵⁵ Fala do presidente da APPC- João Batista Alves Ribeiro.

⁵⁶ Palavras do produtor ecológico do assentamento Colônia II- Crismarino Eleutério.

divulgando as práticas ecológicas, e incrementando as atividades voltadas para a revitalização das áreas antropizadas⁵⁷ inseridas na APA do Descoberto.

Em menor grau de representação, porém importante para a reflexão da pesquisa e para o planejamento das ações voltadas para o desenvolvimento do ecoturismo, foram referendados de acordo com o roteiro de perguntas, alguns tipos de problemas tais como: barulho citado por 2 dos entrevistados, problemas com o lixo nos atrativos-3 pessoas, aumento do valor da terra- 2 entrevistados, venda de lotes-2, violência-2, intranqüilidade-2, problemas de drogas-1.

Quanto aos locais mais visitados pelas pessoas das comunidades, 72% disseram que as cachoeiras⁵⁸ existentes no assentamento Colônia II são os lugares preferenciais para visitas, na següência dos lugares mais preferidos, citados por 03 entrevistados são os atrativos existentes na Reserva Legal, como os montanhas e morros, as matas ciliares, minas e madeiras, havendo uma citação para a gruta⁵⁹, áreas de nascentes e frutos do cerrado⁶⁰.

⁵⁷ Áreas que sofreram a intervenção humana provocando perda da vegetação nativa.

⁵⁸ As cachoeiras de maior potencial para o ecoturismo, estão no córrego olho d'água –bacia do Rio Verde, na área coletiva dos assentados do PA Colônia II, de aproximadamente 24 há.

⁵⁹ A gruta segundo uma moradora do assentamento Colônia II fica uma hora partindo das cachoeiras descendo o córrego olho d'água.

⁶⁰ Segundo um entrevistado e morador do assentamento Colônia I, existe nesse local uma diversidade de frutos do cerrado como araticum, pequi, cajuzinho do cerrado, mangaba, jatobá, mama cadela, carriola, bacupari, e uma variedade de plantas medicinais- como pé de perdiz, guaraná.



Cachoeira PA – Colônia II

...chamar esses outros companheiros que estão fora, trazer eles todos para cá, para olhar para isso, aqui não tem coisa mais linda que o cerrado, o cerrado te dá uma vontade de viver, você vê aquelas madeiras retorcidas, obra da natureza, você vê madeira que é uma obra de arte, isso dá um ânimo, vontade de reflorestar.. (Teobaldo Rocha, morador do assentamento Colônia I).

Além desses lugares foram mencionados outros aspectos relevantes que podem potencializar as atividades turísticas, como a existência na região de araras que se reproduzem nas montanhas, de emas, de seriemas e de uma significativa diversidade de pássaros.

Em relação aos produtos que poderão ser oferecidos, 100% dos entrevistados se referiram aos artesanatos⁶¹, seguido pela oferta de alimentos, como os produtos orgânicos, doces, quitandas, representando 45% das

⁶¹ As mulheres são as responsáveis pela produção de artesanatos e esperam incrementar a produção de alimentos com a construção do espaço multi-uso comunitário, que está sendo construído com o apoio do projeto CMBBC.

entrevistas. As manifestações culturais, sobretudo a dança goiana do catira, a religiosa como a folia de reis, representando 35% dos entrevistados, e houve uma citação referente aos frutos do cerrado e plantas medicinais.

Sobre a participação dos entrevistados na implementação do turismo na comunidade, 10 entrevistados responderam que estimularia, sendo as manifestações de apoio e participação na preparação da comunidade, disponibilizando suas plantações para a visitação, incentivando a divisão do trabalho, participando do processo e fortalecendo o diálogo entre os assentados, e um entrevistado residente no assentamento Colônia II preferiu não opinar, visto não estar convencido que a atividade possa ser desenvolvida com “garantia de segurança e organização”.

Evidentemente a implementação de ecoturismo de base comunitária não obedece apenas aos fatores internos da comunidade, o sucesso das atividades prescinde da participação de atores externos às comunidades, e o estabelecimento de políticas públicas no âmbito das administrações nas esferas, federal, regional e local, incentivadoras desses processos.

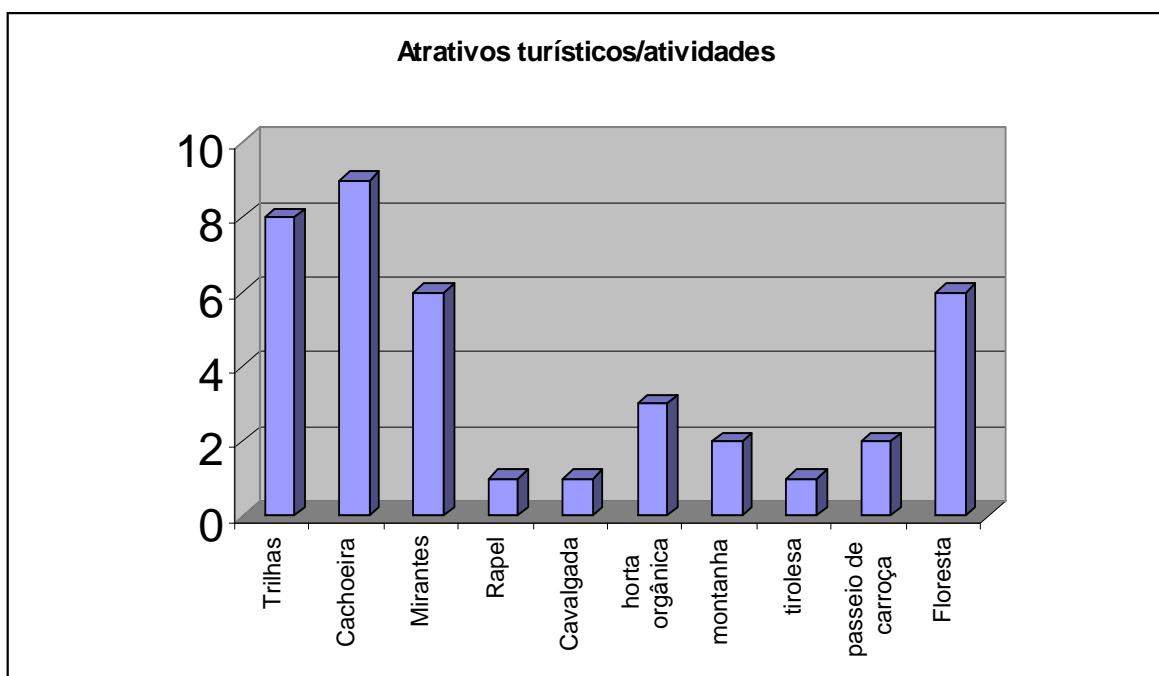
Outro aspecto levantado no roteiro foi referente à percepção dos entrevistados em relação ao planejamento das atividades turísticas, com o enfoque voltado para quem deveria fazer esse planejamento. A unanimidade dos entrevistados que o mesmo deveria ser feito pela associação, 10 pelos moradores e 08 explicitaram que o planejamento dessas atividades deveria contar com o apoio de pessoas de fora.

“Para o ecoturismo de base comunitária, a participação dos moradores locais é premissa para assegurar a legitimidade, e representatividade e o sucesso nas ações do projeto. Por sua vez o estabelecimento de parcerias é um instrumento capaz de viabilizar ações” (Toledo e Mitraud, 2004, pg. 382).

Frente aos resultados que revelam ser aspectos relacionados ao estímulo de processos participativos, e considerando a indicação por mais de 90% dos entrevistados em prol da implementação de parcerias entre os dois

assentamentos pesquisados, os desafios inerentes à realização das ações futuras, perpassam por outros fatores co-relacionados à implementação de projetos sustentáveis, pois, ainda que os mesmos sejam bem planejados, e concebidos mediante os pressupostos teóricos da sustentabilidade da atividade turística, poderão estar fadados ao insucesso, se não houver uma maior eficiência institucional dos poderes públicos, no sentido de dialogar entre si e com os movimentos sociais, no sentido de promover o desenvolvimento sócio-ambiental da região.

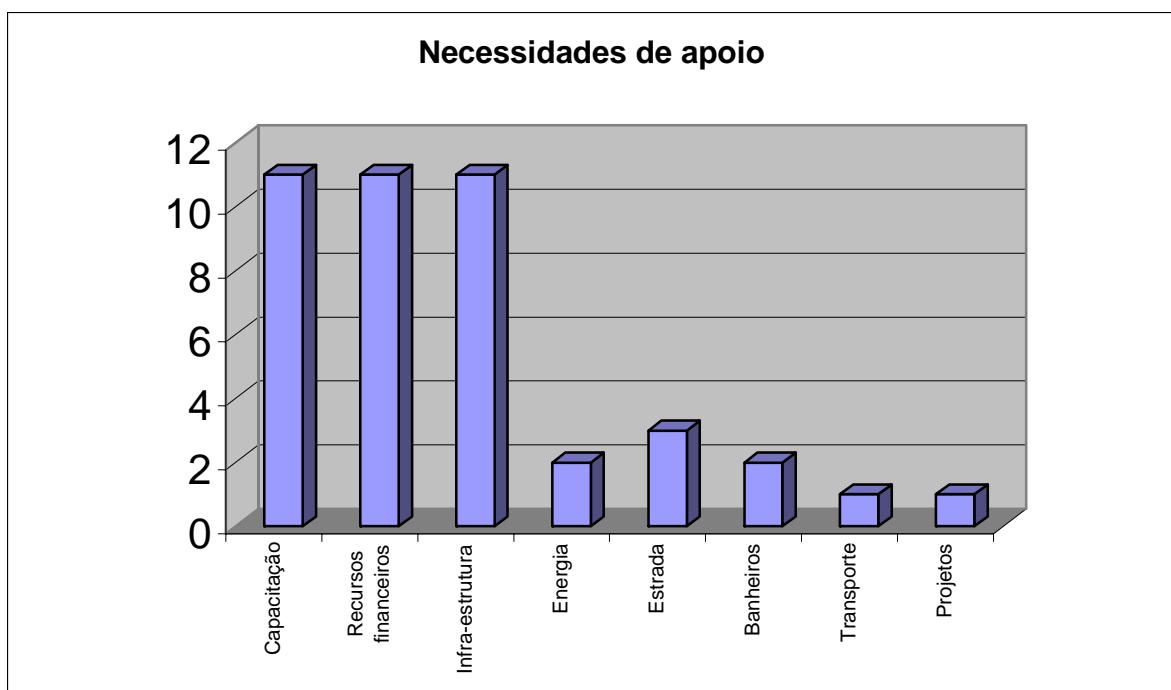
Quanto aos atrativos naturais que poderiam ser mais trabalhados nas atividades turísticas, foram na ordem de maior expressividade as cachoeiras citadas-09 entrevistados; trilhas –08; mirantes nos morros-06; floresta-06. Foi mencionada a hora orgânica como local a ser visitado, e sugeridas algumas modalidades de turismo de aventura, como o rapel e a tirolesa, bem como foi levantado a possibilidade de incluir a cavalgada e o passeios conduzidos por carroças.



Lembrando um conceito de ecoturismo, considerando as premissas do turismo responsável quanto à conservação dos recursos naturais e como gerador de benefícios aos atores locais.

“Viagem responsável a área naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da população local” (Sociedade Americana de Ecoturismo, (Wester, 1995, pg17)

Em relação aos tipos de apoio demandados aos moradores para desenvolver as atividades turísticas, conforme o gráfico abaixo, 100% afirmaram a necessidade de capacitação, de apoio com recursos financeiros e de melhorias de infra-estrutura, como estradas, transporte, energia elétrica, e instalações locais como banheiros. Foi explicitada a necessidade de apoio para viabilizar a ida, de uma comissão tirada pelos residentes das comunidades estudadas, em locais que já desenvolvem atividades ecoturísticas. Outro aspecto mencionado diz respeito, ao estabelecimento de parcerias entre os assentados e instituições com experiências na execução de propostas sustentáveis com vistas a subsidiar as discussões e o planejamento e elaboração de projetos turísticos a ser implementados pelos assentados.



Outros aspectos levantados dizem respeito aos comportamentos sociais, como disciplina, a união, o controle dos recursos e a proteção dos recursos naturais

coletivos, o fortalecimento e o reconhecimento da legitimidade dos processos históricos vividos pelos assentados, a ampliação de sua representação política, e a geração de benefícios sócio-ambientais próprios e para a sociedade em geral.

Considerações finais

Os resultados obtidos por meio dessa pesquisa abordam aspectos que possibilitam avançar na reflexão dos conceitos de desenvolvimento sustentável e do ecoturismo, sendo a mesma enriquecida quando da análise das diferentes variáveis e peculiaridades vivenciadas pelas comunidades estudadas. Outro aspecto inerente ao trabalho se refere aos processos organizativos dos assentados e como estes estão contribuindo para o fortalecimento do capital social local, que se configura pelo fortalecimento dos canais de diálogos com as instituições de apoio e atores locais, que certamente irão fortalecer as políticas e projetos voltados para a implementação de atividades turísticas sustentáveis.

Dentro dessa ótica, a reflexão referente aos dados levantados perpassa pelo menos por três dimensões, no que se refere à incorporação dessas atividades, a dimensão política-organizativa, a sócio-ambiental e a do fortalecimento institucional. Obviamente colocar em prática as ações apontadas pela pesquisa, faz-se necessário num primeiro momento a definição de agendas participativas que contemple o envolvimento dos atores internos e externos, identificar os parceiros das esferas regional e federal, no processo de planejamento, elaboração, execução, e avaliação dos projetos que serão implementados pelas comunidades.

Sob o enfoque da dimensão política e organizativa, os elementos que a compõem, estão explicitados em diferentes momentos da pesquisa assim como apareceram de forma subjetiva durante as entrevistas. É visível a percepção dos entrevistados que se “bem planejadas” as atividades turísticas constituirão em ferramentas a serem utilizadas na organização da comunidade, fortalece laços familiares resgatando para dentro do assentamento os trabalhadores que necessitavam sair para trabalhar fora de sua parcela de terra.

Portanto, em diferentes momentos da pesquisa a perspectiva apresentada pelos assentados ultrapassa a mera visão limitada dos benefícios econômicos a

serem gerados pela atividade, não só refletidos sob a ótica da diversificação das atividades, ou da geração de emprego e renda. Nota-se uma percepção clara refletida sob a necessidade de implementar processos que dão uma maior amplitude e visibilidade de atuação das organizações representativas dos assentados. Nessa perspectiva há um visível crescimento e amadurecimento da atuação da Associação dos Produtores do projeto de Colônia I- APPC, que a partir do final de 2002, reformula sua base de atuação e amplia o leque de representatividade dos seus associados, assegurando o direito ao voto e o de ser votado das mulheres e dos jovens.

Notadamente esse amadurecimento permeia também as parcerias realizadas com as instituições de apoio e de assessoria técnica aos projetos concebidos sob os princípios da sustentabilidade. As indicações da pesquisa são favoráveis ao incremento dos processos organizativos.

O interessante nessa constatação é a percepção das comunidades a respeito de suas potencialidades e visibilidade de sua representação política no âmbito local. Sobretudo quando as manifestações e as ações praticadas evidenciam a solidariedade mútua, e apontam para a realização de ações e iniciativas comunitárias que não se restringem às cercas internas ou limites geográficos dos assentamentos.

A necessidade de ser desenvolvidos os trabalhos junto a população local, mediante os critérios e premissas da educação ambiental, são reforçados mediante a argumentação dos assentados, sobretudo junto aos proprietários que estão nas áreas limítrofes ao assentamento, por meio de trabalhos de conscientização.

Dentre os aspectos levantados, foi mencionado os problemas causados pelo lixo, a disseminação de práticas conservacionistas, voltadas para a proteção dos recursos hídricos, recuperação de áreas degradadas, de pastagens, conhecimento sobre a legislação ambiental, reflorestamento das APPs e Reserva Legal, manejo do fogo e a valorização da biodiversidade do cerrado.

Obviamente é muito importante o fortalecimento do diálogo e a predisposição demonstrada entre os assentados, em torno de um projeto de ecoturismo, segundo as premissas já levantadas e abordadas pela pesquisa, no entanto, o desafios nos remete a reflexão quanto a relevância dessa discussão junto à esfera de administração pública municipal e aos movimentos sociais,⁶² e organizações setoriais existentes no município e cidades próximas, sobretudo, Padre Bernardo e Braslândia.

Como já mencionado pela sua história e experiência na implementação dos projetos coletivos e participativos a organização do Grupo Vida e Preservação se apresenta como a catalisadora do fortalecimento institucional dos assentados, constituindo-se em um aspecto representativo desse processo, principalmente no que se refere às atividades sócio-educativas-econômicas desenvolvidas, assim como pela sua experiência no estabelecimento de parcerias do diálogo junto a outras instituições na esfera federal.

Portanto sob o aspecto da percepção política-organizativa dos assentados levantada nesse trabalho, os desafios prementes às atividades voltadas para o ecoturismo perpassam não somente a organização interna dos assentados, mas prescinde da participação de outros atores locais, da capacidade de dar visibilidade a sociedade quanto as suas potencialidades organizativa e de representação política/institucional.

Outro enfoque que aparece agregado aos fatores referente implementação de “novas ações” no intuito de fortalecer o espectro organizativo dos assentados está diretamente relacionado à ampliação das parcerias institucionais mediante a compreensão

os comportamentos inovadores não são nacionais, mas dependem de variáveis definidas em níveis local ou regional. O que caracteriza-os “meios

⁶² Estando inseridos nesse o espectro, as organizações de trabalhadores e proprietários familiares, de artesãos, de moradores urbanos das proximidades, do comércio, associações de guias turísticos e de empreendedores.

inovadores” não é usa dotação em atributos naturais ou de localização, mas antes de tudo, a densidade de seu tecido institucional, seu “capital de relações” (Maillot, 1996 pgs 256 e 257).

Complementando esse raciocínio, e por entender que os aspectos levantados a seguir são pertinentes ao estudo realizado, e nesse momento enriquece a reflexão da pesquisa, assim como fornece elementos relevantes para a construção de processos que se reporta em referência a “mais engenhosa e importante síntese a respeito das conquistas e dos limites dos assentamentos” (Abramovay, 2000, pg 306).

Um das características centrais das experiências problemáticas está na precária capacidade de articulação com outros atores locais da região e sua estrita dependência dos poderes públicos federais. Ao contrário as experiências bem sucedidas caracterizam-se sistematicamente pela ampliação do círculo de relações sociais dos assentados no plano político, econômico e social (Castilhos, 1998, pg. 81)

A Importância do processo organizativo no meio rural, associada a realidade dos assentados nos projetos de assentamentos estudados, que configuram o diálogo com diferentes setores da sociedade, são importantes para evidenciar o potencial dessas comunidades frente aos desafios quanto aos recursos naturais e adversidades encontradas pelos mesmos, na implementação de suas atividades produtivas.

Por mais que as condições naturais (solo, relevo, clima), sejam importantes na determinação do desempenho dos assentamentos não são poucos os casos em que os limites físicos foram vencidos pela capacidade organizativa, ou seja, pela construção de uma rede de relações que ampliou as possibilidades de valorização do trabalho dos trabalhadores rurais residentes nos assentamentos (Abramovay, 2000, pg.306).

A implementação do ecoturismo de base comunitária concebida sob ótica do planejamento participativo e de processos desenvolvidos sob as premissas da cooperação e da construção coletiva, constituem-se em importantes ferramentas capazes de influenciar nas dinâmicas das políticas públicas, convencionalmente adotados no meio rural, diferentemente daquelas clientelista e assistencialista, e inibidoras da intervenção cidadã dos produtores familiares.

No entanto, o êxito dos empreendimentos e dos projetos sustentáveis a serem desenvolvidos perpassa o reconhecimento por parte dos assentados de sua importância histórica para a região e para a sociedade, e os mesmos se estabeleçam estrategicamente enquanto capital social, visto pelo viés dos avanços conquistados historicamente pelos movimentos sociais, e configura um conjunto de características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (Putnam, 1996, pg. 177).

Outro aspecto a se considerar de muita importância no fortalecimento das cooperações e dos arranjos locais, trata-se do cumprimento do papel do Estado junto às comunidades rurais, no sentido que de fato sejam realizadas as prerrogativas inerentes à cidadania das famílias assentadas, como o direito à saúde, a educação, a informação, garantindo aos mesmos os bens básicos de consumo, como água potável, energia elétrica, transporte e lazer.

Asseguradas aos assentados essas prerrogativas, os mesmos poderão ser reconhecidos e valorizados por meio de seus projetos sustentáveis. E nessa perspectiva poderão fomentar a discussão junto às populações locais, e a sociedade em geral, em relação aos serviços ambientais prestados a todos por meio da realização de atividades sustentáveis, concebidas e desenvolvidas segundo as premissas da produção de alimentos saudáveis e não poluidora do meio ambiente, pela recuperação e conservação de biodiversidade, dos recursos hídricos e de inclusão social.

A título de recomendações, considerando o papel das Associações dos assentados, no trabalho de mobilização e de discussão interna com vistas a

adoção de mecanismos de gestão, fiscalização e controle das áreas com maior potencial para o ecoturismo apontadas pela pesquisa.

Podemos identificar os seguintes princípios básicos que regem a “propriedade comum”⁶³ entendida como instituição social (Ostrom 1990):

- Fronteiras definidas, mecanismos para escolhas coletivas (para a elaboração de regulamentos internos);
- Monitoramento dos recursos naturais pelos comunitários;
- Sanções aplicáveis aos que desobedecerem os regulamentos;
- Mecanismos de resolução de conflitos;
- Reconhecimento mínimo do direito das populações de se organizarem socialmente”.

Ainda enquanto contribuição para a reflexão desse trabalho, na perspectiva da implementação de um projeto de desenvolvimento local, aparece no próximo parágrafo, algumas contribuições com vistas apontar procedimentos com vistas a enfrentar os desafios, sobretudo no que se refere a deficiência institucional e os limites das administrações públicas locais, como a falta de preparo técnico, pouca participação da sociedade civil, pouca informação, exclusão da participação de mulheres e jovens, e da inexperiência na concepção, implementação, coordenação e cooperação em processos construídos coletivamente.

“O pressuposto básico para a mudança desta situação está num mínimo de consenso em torno de um projeto de desenvolvimento que Casarotto Filho e Pires (1998, pg. 100), chamam com razão de “pacto territorial”, e que devem responder a cinco requisitos :

- . mobilizar os atores em torno de uma “idéia guia”;
- . contar com o apoio destes atores não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto;

⁶³ Propriedade comum - “entendida como sistema de apropriação comum (ou comunitária) de espaços e recursos” (Diegues, 2002, pg. 410).

. definir um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades de território⁶⁴;

- . realizar o projeto em um tempo definido;
- . criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade (sempre conflituosa, é claro) entre os protagonistas do pacto territorial” (Abramovay, 2000, pg. 305).

No entanto, por se tratar de uma proposta ou projeto a ser concebido no espectro do desenvolvimento local sustentável, portanto é imprescindível buscar a eficiência do diálogo entre todos os atores envolvidos.

Os conflitos de interesse resultante do envolvimento de um grande número de atores sociais, portadores de representações e interesses diferenciados, poderiam ser, em princípio, negociados de forma eficiente (Vieira e Weber, 2002, pg.29)

Assim como, a perspectiva da gestão dos recursos naturais que se configuraram como “patrimônio comum”⁶⁵ para os atores participantes do processo, deverá ser compreendida como condição básica de sobrevivência dos mesmos (Vieira e Weber, 2002, pg.29).

Portanto, em uma proposta de ecoturismo onde parte significativa dos atrativos, sobretudo os referentes aos recursos naturais que estão localizados nas áreas coletivas dos assentados, como nas APPs, Reserva Legal e áreas das Associações. A gestão de um projeto sustentável de longo prazo, perpassa necessariamente a adoção de princípios refletidos nesse trabalho, referente a sustentabilidade, sob o enfoque da atuação solidária entre os atores envolvidos, associada ao estabelecimento de instrumentos, educativos, de controle,

⁶⁴ “Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no desenvolvimento econômico” (Diegues, 2000, pg. 304).

⁶⁵ Segundo (Ollagnon,1989), referente a “representação dos recursos transapropriativos mediante a categoria de “patrimônio comum”, a ser gerido em bases contratuais”.

regulamentação, fiscalização, proteção e conservação dos recursos naturais), claros e factíveis de serem executados por todos os beneficiários do mesmo.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
-, BALDISSERA, Ivan Tadeu, CORTINA, Nelson, FERRARI, Dilvan, SILVESTRO, Milton e TESTA, Vilson. **Juventude e agricultura familiar: desafios de novos padrões sucessórios**. Brasília: Garamond/Unesco, 1998.
- BARRETO, Margarida. **Turismo e Legado Cultura: as possibilidades do planejamento**. Campinas: Papirus, 2000.
- BÔAS, Fernanda L. Villas, ARAÚJO, Diogo Gomes, FRANCO, Camila D. Moliterno, MACIEL, Lucas Ramalho. Relatórios do PIBIC- **Construindo a Sustentabilidade: A Educação Ambiental nos Assentamentos de Reforma Agrária**. Brasília: Departamento de Teoria e Fundamentos, Faculdade de Educação/UNB 2003.
- BOO, Elizabeth. **Ecoturismo: Potenciales y Escallos**. Lacaster: Word Wildlife Fund and the Conservation Fundation Washington D.C., 1990.
- BOF, Leonardo. Ecologia: **Grito da Terra, Grito dos Pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.
- CALVINO, I. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995a.
- CANCLINE, Nestor Garcia. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARVALHO, Horácio Martins. Padrões de Sustentabilidade: **Uma medida para o Desenvolvimento Sustentável**.In: DINCAO, Maria Ângela, SILVEIRA, Isolda. **Amazônia e a crise da Modernização**. Belém: MPEG, 1994
- CASTILHOS, Dino S. B., BITTENCOURT, Gilson, SILVA, Hurbem e BIANCHINI, Valter. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentados de reforma agrária no Brasil**. Brasília: FAO/INCRA/ mimeo, 1998.

COELHO, Maria Célia Nunes. **Reflexões sobre o Ecoturismo na Amazônia.** In: FIGUEIREDO, Silvio Lima (org). **O Ecoturismo e a Questão Ambiental na Amazônia.** Belém: UFPA/NAEA, 1999.

COMISSAO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1988.

CORBIN, Alain. **O Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental.** São Paulo: Ciadas Letras, 1989.

CUNHA, E. da. **Um Paraíso Perdido. Ensaios estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia** (Org. por Leandro Tocantins). Rio de Janeiro: José Olympio Editora 2.ed.1994.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

.....**Repensando e Recriando as Formas de Apropriação Comum dos Espaços e Recursos Naturais.** In: VIEIRA, Paulo Freire, WEBER, Jacques. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: Novos desafios para a pesquisa ambiental.** São Paulo: CORTEZ EDITORA, 3. ed. 2002.

EMBRATUR/MMA. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo.** Brasília,1994.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente: **a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo,1999.

FERREIRA, Darlene Aparecida de O. **A geografia agrária brasileira da década de 30 à de 90:concepções e temáticas.** In: Caderno de anais, volume II. Do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente,1998.

FIGUEIREDO, Silvio Lima (org). **O Ecoturismo e a Questão Ambiental na Amazônia.** Belém: UFPA/NAEA, 1999.

.....**Turismo e Cultura.** I: LEMOS Amália (org). **Turismo: impactos sócio-ambientais.**São Paulo: Hucitec, 1996.

FORTES, L. R. S. Rousseau: **O Bom Selvagem.** São Paulo: Editora FTD,1996.

GERBI, A. **O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900).** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GODARD, Oliver. **O Desenvolvimento Sustentável: paisagem intelectual.** In: CASTRO, Edna, PINTON, Florence (orgs). **Faces do Tópico Úmido: conceitos**

e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém:Cejup/UFPa-NAEA, 1997.

HERMANN, Nadja. **Hermêutica e Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ITESP- Instituto de Terras de São Paulo. **Programa e Recuperação Ambiental nos Projetos de Assentamento.** In: Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília: MDA/NEAD, 2000.

LIMA, K. **Democracia e expressão da cidadania: uma perspectiva para o uso do espaço público.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo, para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1989.

AMARAL, Marina. **Reforma Agrária, vai ou não vai?** Entrevista um dos líderes do Movimento João Pedro Stédile. Caros Amigos, A proposta do MST, pg.04. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2003.

.....Entrevista o bispo dom Tomás Balduíno, presidente da Comissão Pastoral da Terra-CPT. “**O judiciário está Despejando Assentados**”, Caros Amigos, pg.08. São Paulo, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes,1995.

MARTINS, Leila Chalub e MELLO, Maria Inês Sarmet. **Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento:** Programa Interdisciplinar. Brasília: UNB, 1993.

MOLINA, Sérgio. **Turismo y Ecología.** 4. ed. México: Trilhas, 1991

OLLAGNON, H. **Une approche patrimoniale de la qualité du milieu naturel.** In: MATHIEU, N. & JOLLIVET, M. (orgs). **Du rural à environnement. La question de la nature aujourd' hui.** Paris: ARF Editions/ L'Harmattan, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989.

OSTROM, E. **Governing the Commons.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa.** Goiânia: Ed. Da UFG, 1999.

PRADO, P. **Retrato do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras (Organização de Carlos Calil), 1997.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia-A experiência da Itália Moderna.**Rio de Janeiro: Editora Fund. Getúlio Vargas, 1993/96.

- REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Revista de Ciências Sociais. MUNCK, Geraldo L. **Formação de atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais do estudo os movimentos sociais..** Rio de Janeiro, Vol. 40, nº 1, 1997.
- RUSCHMANN, Doris. **O Planejamento do Turismo e a Proteção do Meio Ambiente.** Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 1994
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI.** In BURSZTYN, Marcel (org). Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo, Brasiliense, 1993.
-**Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.
-**Estratégias de Transição para o Século XXI.** São Paulo: StudioNobel, FUNDAP, 1993.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica a geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: Hucitec, 1980.
- SEABRA, Giovanni de Faria. **Pesquisa Científica: o método em questão.** Brasília, UNB, 2001.
- SILVA, J. G. da. **O novo Rural Brasileiro- Políticas Públicas.** São Paulo: Atlas, 1994. Cap.09.
- SYLVIA, Mitraud (org). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: Ferramentas para um planejamento responsável.** Brasília: WWF Brasil, 2004.
- STÉDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil.** São Paulo: Atual, 4. ed. 1997.
- TRIGO, Luís Gonzaga Godoi. **Turismo e Qualidade: tendências contemporâneas.** Campinas: Papirus, 1993.
- VIEIRA, Paulo Freire, WEBER, Jacques. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: Novos desafios para a pesquisa ambiental.** São Paulo: CORTEZ EDITORA, 3. ed. 2002.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção.** Mimeo, 1995.

Anexos

Questionário da Pesquisa de Campo